

Introdução

O interesse em discutir políticas municipais de cultura nas cidades de Salvador e Recife foi despertado pela experiência de iniciação científica no grupo de pesquisa “Políticas Culturais no Brasil: Itinerários, Atualidades e Desafios Contemporâneos”¹. Do despertar para as nuances da conturbada história do Brasil no campo das políticas culturais, somado à verificação do potencial dos municípios brasileiros no fomento às políticas culturais, surgiu a proposta de analisar essas duas capitais localizadas na mesma região, porém com histórias e destinos diferentes no campo da política e da cultura. Além disso, o caráter de relevância cultural que essas cidades nordestinas apresentam nos respectivos estados, foi decisivo para a escolha dos objetos de estudo para o desenvolvimento desta pesquisa.

O presente trabalho pretende analisar as convergências e distanciamentos que marcam as políticas culturais de Salvador e Recife no período de 2005 a 2008. A intenção não é estabelecer esquemas valorativos que definam qual política cultural obteve melhor desempenho, mas sim apresentar um panorama da situação de ambas as cidades e suas relações com a cultura. A partir disso, busca-se identificar quais prioridades adotadas, resultados esperados e/ou alcançados, entraves e perspectivas encontradas. Desta forma, a análise instalará uma discussão sobre as políticas municipais de cultura estudadas, que podem ser comuns à realidade de muitas cidades brasileiras. Outro aspecto é trazer contribuições de cientistas sociais para a articulação e incentivo das questões abordadas nesta produção. Assim, a proposta de estabelecer um paralelo entre dois estudos de caso almeja também contribuir com fenômenos mais gerais que envolvem a relação entre o campo da política e o da cultura.

Estas abordagens baseiam-se em avaliações de documentos institucionais, relatórios de gestão, repercussões da imprensa e entrevistas. Além disso, essas observações são construídas a partir do estabelecimento de critérios de análise das políticas culturais propostos por Albino Rubim (2007). Vale ressaltar as dificuldades em ter acesso aos documentos oficiais da gestão Paulo Lima na Fundação Gregório de Mattos, que autorizou a consulta três meses depois do primeiro contato estabelecido. Nesse sentido, é no primeiro capítulo que se verifica a contextualização de elementos gerais, tais como: a institucionalização do setor da cultura no país, herança de tradições

¹ Durante um ano, a autora deste trabalho integrou o citado grupo, sediado no Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) e coordenado pelo Prof. Dr. Albino Rubim.

como autoritarismo, caráter tardio e descontinuidades; os aspectos relacionados à inserção e ampliação da atuação dos municípios como agentes de fomento direto ao setor da cultura; além da importância de suas articulações na área como esfera mais próxima da vida cultural e social da população.

O segundo capítulo – Políticas Culturais de Salvador – aborda a relação entre os longos anos de governança do grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães e o campo da cultura na cidade de Salvador. No período pós-ditadura, o setor passou a ser gerido pela Fundação Gregório de Mattos (FGM) – instituição que, por questões políticas, apresentava uma estrutura administrativa instável e alheia às mudanças na área cultural do município. Além disso, analisa-se a gestão 2005-2008 da FGM, que contou com a liderança de Paulo Lima.

O terceiro capítulo – Políticas Culturais do Recife – propõe um panorama histórico entre os ideais políticos, o movimento de cultura popular na cidade em 1960 e os impactos trazidos para a área da cultura. Além disso, apresenta a relação entre cultura e turismo, articulação que gerou a criação de instituições e mobilizou a sociedade civil em prol de ações voltadas para o setor cultural. Num segundo momento, uma descrição analítica do estágio do setor da cultura na capital recifense inclui reformas e perspectivas trazidas pela gestão (2005 a 2008) do Secretário de Cultura Roberto Peixe.

Por fim, o último capítulo traça uma avaliação entre os distanciamentos e as proximidades dos cenários de Salvador e Recife. Pontos de tensão e articulação são identificados entre as políticas culturais planejadas e implantadas (ou não), através de programas e projetos. Assim, observa-se que, muitas vezes, o discurso político que é produzido não condiz com a realidade, verificando-se o estabelecimento de relações de conflito, e desafios entre as instituições e a implementação de políticas públicas de cultura.

Na conclusão deste trabalho, apresentam-se as reflexões sobre os processos avaliados, a importância da esfera municipal e o desempenho desta no fomento de políticas públicas de cultura inseridas num contexto de maior intervenção social.

1. Origem e abrangências das políticas culturais

1.1. Breve contexto histórico

Para compreender questões como a constituição institucional na área da cultura e as políticas públicas culturais adotadas é preciso entender o papel do Estado na sociedade. Isaura Botelho (2000) utiliza como exemplo dois modelos diferentes de Estado para analisar como este pode lidar com o gerenciamento cultural.

[...] De um lado, a França, antigo estado monárquico absolutista, onde a tradição de sustentação das artes era vista como responsabilidade do governo, legando como herança aos tempos modernos a continuidade dessa suposição. [...] De outro lado, temos os Estados Unidos, país formado por uma experiência colonial e de independência recente do ponto de vista histórico, herdeiro de uma tradição radicalmente diferente, onde por muitos anos a opinião pública se colocou frontalmente contra o patrocínio governamental às artes. (BOTELHO, 2000, p.31).

Esse histórico faz com que o Estado francês seja referência de uma política cultural centrada no governo e administrada pelo ministério da cultura do país. Já o governo estadunidense assume uma postura coadjuvante, de estimulador de investimentos por parte do setor privado através de uma política fiscal. A seleção e gerenciamento dos projetos artísticos são realizados pelo *National Endowment for the Arts*, uma agência federal que substitui parcialmente um ministério, pois não tem a função de planejar ações culturais mais profundas e conectadas com o contexto social.

Em casos como o dos Estados Unidos, verifica-se que, por trás dessa realidade, há fatores que contribuem para o setor se manter permanentemente vigiado e livre de cortes, através da constante fiscalização de diversos tipos de associações, que fazem o acompanhamento de estatísticas econômicas e discussões no Congresso. Tal realidade não se verifica no Brasil, onde o empresariado é mais resistente ao investimento direto no setor cultural. Além disso, o país não possui um histórico de valorização cultural por parte da sociedade civil, que se mantém alheia a muitas questões da área. O governo, portanto, é o interlocutor, visto como o maior responsável pela manutenção desse estímulo.

Apesar da relação entre o Estado brasileiro e a cultura ser muito antiga, a institucionalização de políticas para o setor – isto é, intervenções conjuntas e sistemáticas, somadas a ações de atores coletivos e metas em longo prazo – são apenas verificadas no século XX. As chamadas políticas públicas de cultura foram criadas nos anos 30, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, período marcado por várias rupturas e transformações no campo político, econômico e cultural do país.

É neste contexto de mudança que dois acontecimentos estabelecem as políticas culturais no Brasil.

Tais experimentos são: a passagem de Mário de Andrade pelo departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério de Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945. (RUBIM, 2007, p. 15).

Destes fatos, vale destacar a importância de uma experiência municipal para um panorama histórico acerca das políticas culturais nacionais que, segundo Rubim (2007), pelas práticas e ideários em voga no período, transcende em muito as fronteiras paulistanas.

Adriana Amaral (1997) aponta que o Departamento de Cultura integrava as inovações implementadas, até 1937, pelo poder público de São Paulo, durante o governo de Armando Salles de Oliveira. Além disso, a autora faz referência à intenção do Partido Democrático de utilizar o setor cultural como alavanca para eleger Armando Salles presidente da República.

A idéia inicial era criar um Instituto Paulista de Cultura, embrião de um futuro Instituto Brasileiro de Cultura. A instituição era organizada em cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos. Mário de Andrade foi nomeado chefe da Divisão de Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio e diretor do Departamento de Cultura. [...] Foi uma experiência de valor fundamental para que ele pudesse perceber a importância dos poderes públicos na realização de um “projeto cultural de grande porte”. Suas iniciativas pioneiras deram fama internacional ao Departamento de Cultura, chamando a atenção inclusive da prefeitura de Paris. (AMARAL, 1997, p. 6).

Sob a responsabilidade do Ministro Gustavo Capanema, o setor nacional da cultura, durante o governo Getúlio Vargas (1937) tinha a política cultural voltada para a valorização do nacional através da harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. Dentre as principais ações realizadas durante esse período, destacam-se as criações de instituições importantes para o campo da cultura como: Superintendência de Educação Musical e Artísticas; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); SPHAN, instituição que teve como foco a preservação do patrimônio material de cultura branca, de estética barroca e de teor monumental (RUBIM, 2007).

Considerado modernista e politicamente conservador, Gustavo Capanema abrigou intelectuais e artistas progressistas como, por exemplo, o poeta Carlos Drummond de

Andrade, e, ao lado de Getúlio Vargas, marcou este período com a intrínseca relação entre governos autoritários e políticas culturais.

De 1945 a 1964, foram verificados poucos avanços significativos no campo das políticas culturais no Brasil. Apesar de não fazerem parte de ações do Estado, destacam-se iniciativas e instituições desse período como: a instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953; a expansão das universidades públicas nacionais; a Campanha de Defesa do Folclore; a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao MEC e voltado para pesquisas sobre a realidade brasileira, produtor do ideário nacional-desenvolvimentista no país; Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, além de outro experimento inicialmente municipal:

Movimento de Cultura Popular, desencadeado na cidade do Recife (1960) e depois no estado de Pernambuco (1963), pelos governos municipal e estadual de Miguel Arraes, no qual se destaca Paulo Freire com seu método pedagógico convergindo educação e cultura. O movimento se espalhou por outros estados e quando o foi assumido pelo Governo Federal foi bloqueado pelo Golpe Militar. (RUBIM, 2007, p.19).

Em 1966, através da criação do Conselho Federal de Cultura, o regime militar busca estimular a criação de secretarias e conselhos estaduais de cultura no país, a exemplo da Secretaria de Cultura do Ceará, em 1966.

Pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura (1975) e várias instituições culturais são criadas, dentre elas: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Cinema (1976), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976), Fundação Pró Memória (1979). (RUBIM, 2007, p.21).

Até o final da ditadura, de 1974 a 1985, o país passa por uma gradual e lenta transição para o período democrático, a partir disso percebe-se uma maior atuação do Estado – ainda com o peso do autoritarismo em decadência. Destaque para a criação de espaços como a FUNARTE (1975), que inicialmente atuava como uma agência de financiamento de projetos culturais e gradualmente consolidou-se como uma estrutura que também promovia projetos próprios.

Ao longo do período de transição e construção da democracia (1985-1993) que compreende os governos de José Sarney (1985-1989), Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Fraco (1992-1994), verifica-se a implantação do Ministério da Cultura. Durante esse tempo passaram pelo ministério quase dez representantes da cultura no país. A instabilidade não decorre apenas das variações de representantes por ano, mas também do desmantelamento do setor cultural no plano federal durante o governo Collor. O ministério acaba reduzindo a cultura a uma secretaria, além disso, extingue diversos

órgãos como a FUNARTE, EMBRAFILME, PRÓ-MEMÓRIA, FUNDACEM e CONCINE.

Outra consequência das reformulações feitas pelo governo Collor foi a substituição da “Lei Sarney” pela “Lei Rouanet”, no âmbito do incentivo fiscal para o fomento à produção cultural. A primeira foi criada em 1986, no governo de Sarney, e significou um marco, introduzindo no país uma nova forma de se pensar a cultura atrelada ao mercado.

A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez com que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento, e pior, políticas culturais tão somente como as leis de incentivo. (RUBIM, 2007, p.25).

O governo de Fernando Henrique Cardoso encerra a fase de transição para o período democrático e a lógica de um projeto neoliberal é instalada no país, tendo impactos no setor cultural que encontra suporte nas leis de incentivo.

Hoje, ainda são visíveis os impactos negativos no campo cultural, que estava reduzido à desatenção, descontinuidade e instabilidade.

A concentração dos equipamentos, que persiste apesar da nacionalização das atividades do ministério, continua a ser um grave problema, porque ela age ativamente contra a distribuição mais equitativa de recursos humanos, materiais e financeiros, com repercussões inevitáveis e indesejáveis na democratização da cultura. A dificuldade de enfrentar esta tradição de concentração do ministério não o exime de dar passos efetivos no sentido de democratizar e nacionalizar os seus equipamentos. (RUBIM, 2007, p.16).

Desta forma, tais conflitos imperam como desafios para a gestão do governo Lula, que vê a retomada do papel ativo do Estado como importante para execução de políticas públicas de cultura.

1.2 Políticas públicas municipais de cultura e desenvolvimento

O modo de compreender a cultura na atualidade, dentre outros aspectos, passa pelo que se chama de culturalização da política. A partir do século XX, aos “tradicionais” temas da política moderna – tais como: Estado, governos (executivo, legislativo e jurídico), direito civil etc. – são agregadas novas demandas político-sociais, muitas delas do setor cultural. Ecologia; gênero; orientação sexual; modelos de vida;

estilos de sociabilidade; comportamento, etc. Enfim, são agendas introduzidas, de modo crescente e substantivo, no universo da política (RUBIM, 2007).

A noção de cultura é intrínseca a qualquer política cultural e pode ser definida de forma mais ampla, abarcando não somente a dimensão do conceito, mas os desafios a serem enfrentados pelas políticas traçadas e planejadas sejam elas nos âmbitos estaduais ou municipais, por exemplo. As políticas públicas de cultura são definidas como ações estratégicas norteadas de formas diferentes a partir do entendimento do Estado pelo que é cultura, tanto nos sentidos sociológicos (constitui-se no plano especializado, que pensa a cultura a partir de um circuito organizacional, institucionalmente legitimado), quanto antropológicos (entendida como o resultado das interações entre os modos de vida, origem, atitudes cotidianas), como define Botelho (2001).

Atualmente, as políticas públicas de cultura são encaradas como o resultado de uma complexa interação de múltiplos agentes do Estado somados aos agentes não-estatais: mercado, sociedade civil, entidades associativas, organizações não-governamentais e redes culturais. Por isso é um equívoco reduzir as políticas públicas de cultura a meras políticas estatais. Além disso, uma política pública efetiva pressupõe deliberação e decisão pública, o que enfatiza ainda mais a importância da atuação e pluralidade dos atores político-sociais. Deste modo, é preciso ter a noção do que é política cultural. O conceito adotado aqui se baseia na concepção de Néstor Garcia Canclini, que afirma ser política cultural:

Conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitarios a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. (CANCLINI, 2001, p.65).

É preciso levar em consideração que a Cultura é um direito e, nesse sentido, transcende a esfera meramente econômica, embora a economia da cultura tenha hoje um papel importante na geração de empregos². “Os direitos sociais são aqueles que dizem respeito a um mínimo de bem-estar econômico, de participação, de ser e viver na

² Embora com dados defasados, há um trabalho significativo, que traz informações sobre 1994: “a cultura brasileira, considerando-se todos os seus setores, empregava cerca de 510 mil pessoas, divididos em 391 mil empregados no setor privado (76,7% do total); 69 mil trabalhadores autônomos (13,6%) e 49 mil nas administrações públicas (9,7%). Esse contingente é 90% superior ao empregado pelas atividades de fabricação de equipamentos e material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria de material de transportes (incluída a indústria automobilística, de autopeças e de fabricação de outros veículos); 78% acima dos serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica e distribuição da água e esgotamento sanitário). Com relação ao setor de telecomunicações e correios, o total de empregados na cultura é 2,8 vezes maior”. O PIB da Cultura (2005).

plenitude a civilização, direitos cuja conquista se deu a partir do século XX e que se preocupam mais com a igualdade do que com a liberdade”. (SIMIS, 2007, p.2).

Pode-se dizer o mesmo da educação, da saúde e da moradia que são direitos garantidos a todo cidadão pela Constituição da maioria dos países modernos, que entendem como dever do Estado promover o acesso gratuito a essas áreas. Portanto, cabe sinalizar a importância do Estado como articulador de atores, ações e políticas públicas para o setor, a fim de dinamizar e potencializar a criação e o acesso a bens e manifestações culturais.

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. (SIMIS, 2007, p.3).

Tais afirmações não negam a participação de outros agentes na construção desse processo, mas destacam a importância do Estado como condutor dessas ações. Um exemplo é o campo da cultura no Brasil, que nos anos 90, teve uma atenção prioritária nas leis de incentivo fiscais como forma quase única de financiamento para a área. Deixar a cultura nas mãos do mercado hoje significa que cerca de 65% das formas expressivas existentes desapareceriam. A preservação das diversas identidades culturais e das formas expressivas de interesse geral depende da intervenção do Estado (MARTINELL, 2003, p. 96).

No Brasil, as formas de fomento a área cultural sempre sofreram acúmulo de problemas e grande demanda de recursos. A Constituição Federal de 1988 já garantia a cultura como direito dos cidadãos, sendo suas políticas, então, delineadas a partir de tal concepção. No entanto, o Ministério da Cultura, tal qual se conhece agora, carrega em sua estrutura, herdada da política de outras épocas, instrumentos e equipamentos institucionais pouco adequados à consecução de políticas de abrangência nacional. (BARBOSA, 2007, p. 170).

As marcas deixadas pelo cenário desestabilizado das políticas culturais trouxeram enormes desafios para o país e dirigentes políticos, que se depararam com um setor marcado por descontinuidades e desarticulação. No governo Collor (1990), o esvaziamento dos órgãos federais causou transtornos a muitos estados e municípios que se viram com a responsabilidade de administrar o setor. Tal autonomia fez com que ao longo do tempo, estados e municípios, por intermédio de suas secretarias, fundações e órgãos setoriais, aumentassem suas participações na gestão e no fomento das atividades na área cultural (BARBOSA, 2007).

Hoje, verifica-se que os municípios passaram a ser o pilar mais importante em termos dos montantes agregadores de recursos financeiros, assumindo 52% dos dispêndios públicos culturais.

Essa esfera de governo tem papel essencial na vida cultural, pois se situa em posição de proximidade com a demanda cultural e sofre pressões diretas de produtores e consumidores de bens culturais e lazer para o financiamento público. Além disso, é sobre os municípios que pesa a gestão direta dos diversos equipamentos culturais. (BARBOSA, 2007. p. 235-236).

Contudo, a distribuição dos recursos que são aplicados na área cultural pelos municípios do Brasil, seja por razões históricas, econômicas e/ou sociais, é condicionada por realidades extremamente díspares. Em 2003, a partir de dados do IBGE, verificou-se entre as regiões do país um quadro bastante heterogêneo em que os gastos municipais na alocação de verbas para a cultura representavam 55,1% dos dispêndios na região Nordeste, 61,9% na Sudeste e 67,2% na região Sul. Por sua vez, a participação dos estados é relativamente mais importante nas regiões Norte e Centro-Oeste (BARBOSA, 2007).

A realidade brasileira mostra que as atividades culturais concentram-se especialmente nas regiões mais ricas. A execução de ações compensatórias exigiria que os governos articulassem políticas de desenvolvimento para as cidades e regiões, além de formas diversificadas de financiamento para o setor e estímulos a um maior fluxo e circulação dos bens culturais produzidos de forma concentrada. A importância de pensar a cidade como um espaço cultural dinâmico com constantes trocas de vivências, de fluxos e refluxos completamente articulados setorialmente faz com que as políticas públicas de cultura sejam pensadas de forma transversal articuladas com áreas afins e estratégicas como educação, comunicação, saúde e planejamento urbano, buscando consistência, sistematização e resultados no desenvolvimento socioeconômico desses espaços.

Impulsionado pelos ventos globais – e percebendo que o próximo grande salto da humanidade será cultural –, os estudos da UNESCO têm destacado insistentemente, desde a década de 70, a importância da cultura enquanto finalidade do desenvolvimento. Os cenários tornam-se mais permeáveis, com ênfase na culturalização do local. (FARIA, 2000, p.12).

A idéia da cultura como elemento de integração social emerge da noção ampliada de cidade como espaço simbólico e de diversidades culturais, aliada aos problemas como a degradação da qualidade de vida das pessoas e a desestruturação do tecido social das cidades. Esse cenário se configura como o momento de reconhecer a

cultura no processo de formação cidadã, e não de ações isoladas, com pouco enraizamento, que não se constituem num trabalho mais profundo que contribua para a emergência de singularidades, por exemplo.

É importante nos preocuparmos com as multiplicidades da nossa cidade e com a forma pela qual a cultura pode ser elemento fundamental na confirmação positiva das identidades e valores culturais, reinventando a gestão e incluindo o cidadão na vida do município por meio do trabalho, da educação, do lazer, da reflexão e do sonho. Nossas ações precisam possibilitar a transformação da cidade, física e espiritualmente, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Uma ação cultural pluralista que revele os diversos atores da sociedade e sua interação, no sentido de despertar nos habitantes o orgulho pela localidade e a participação nos destinos da cidade. A cultura traz, então, essa capacidade de articular e tencionar a reflexão sobre o redirecionamento das políticas públicas, tão necessárias à superação deste mundo injusto em que vivemos. (MOREIRA, 2000, p. 33).

Verifica-se, portanto, que crescem os indicadores de que há urgência na implementação de uma cultura democrática que culmine na ação e articulação em conjunto com a sociedade.

Nesse sentido, não basta uma boa gestão, um desenvolvimento econômico local razoável ou um planejamento urbano eficaz se nestes processos não estiverem presentes valores democráticos e direitos culturais, como pensar, criar, agir, imaginar e sonhar com liberdade, enfim, o direito de cada um criar e recriar sua própria existência. Diz respeito, ainda, à construção e vivência de mitos, ao encontro de raízes, à eleição de valores e ao compartilhamento de experiências saídas de sociabilidades e espiritualidades. Resumindo, o desenvolvimento cultural só seria possível como o viver integral da cidadania cultural. (FARIA, 2000, p.13).

É nessa perspectiva que surge a exigência de uma maior articulação governamental, agregando iniciativas integradas. Pode-se citar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) que, desde 2005, atrai estados e municípios através da assinatura de protocolos de intenção para implantá-lo e que tem como objetivo:

[...] que cada ente federado tenha órgão gestor específico para a política pública de cultura, sistema de financiamento para execução das políticas, plano de cultura pactuado com a sociedade, conselho de cultura atuante, e participação na Conferência Nacional de Cultura, através da conferência municipal, intermunicipal, ou estadual de cultura, além de um conjunto de leis ou instrumentos normativos que assegurem a permanência e desenvolvimento desse novo modelo de gestão para o setor cultural. (Secretaria de Articulação Institucional, 2005, grifos do texto).

Outro projeto é o “Pontos de Cultura”, que busca atingir agentes culturais e imprensa a partir de chamada pública. Estima-se que o edital dos Pontos de Cultura alcançou o número de quase 2.000 beneficiados pertencentes a grupos culturais de todos

os estados do País. A pretensão é que, em 2010, esse número chegue a cinco mil Pontos de Cultura em todo país (SIMIS, 2007).

Percebe-se, portanto, que se faz necessário pensar a política pública de cultura de forma sistêmica e integrada, atentando para a noção de cultura como um agente transversal que perpassa as áreas da comunicação, educação e saúde, por exemplo. É preciso estabelecer um conjunto de políticas culturais em prol de avanços significativos que resultem no desenvolvimento das cidades, espaço de maior proximidade e potencial de diálogo com a população.

2. Políticas Culturais de Salvador

2.1 Fundação Gregório de Mattos: Estrutura política e administrativa do setor cultural

A partir de 1985, com a redemocratização do Estado brasileiro, muitos desafios foram apontados para os gestores municipais. Destituídas de autonomia política durante a ditadura, as capitais brasileiras, tornaram-se extensão do governo estadual, que tinha a responsabilidade de nomear os prefeitos. “O período entre 1986 e 1988 marca a retomada da autonomia do poder local, abrindo o campo de atuação das políticas municipais, inclusive em relação às questões culturais”. (KÖPP e ALBINATI, 2005, p.1).

Em Salvador, esse período é ainda mais importante para o estudo das políticas culturais da cidade, pois na gestão de Mário Kertész – primeiro prefeito eleito após a ditadura militar – foi criada a Fundação Gregório de Mattos (FGM), sob o decreto nº 7.622 de 23 de março de 1986. A instituição passou a ser responsável pela área da cultura na cidade e caracterizava-se por ser dotada de autonomia administrativa e financeira, por possuir patrimônio próprio e ser vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O projeto da FGM tinha a intenção de ser diferente das estruturas diretamente ligadas ao Estado, como secretarias ou instituições governamentais, já que a administração de uma fundação pública teoricamente é beneficiada por lhe ser permitida uma gestão mais ágil e independente da burocracia governamental. A fundação possui um regime jurídico, administrativo e econômico e todas as prerrogativas e sujeições que lhes são próprias (CANEDO, 2007).

A adesão do conceito antropológico de cultura, junto às promessas de transformação entre o campo da cultura e os demais campos de atuação da prefeitura, eram discursos empregados por Kertész na gestão em parceria com a FGM, que pareciam prósperas. Contudo, as dificuldades apresentavam-se na transposição dos conceitos para a prática, através de projetos culturais que alcançassem a complexidade das formulações e fossem capazes de atingir um modelo democrático de cultura. Além disso, verifica-se um quadro de instabilidade na instituição que não poderia avançar em suas ações com tantas discontinuidades na administração. Durante a gestão que a inaugurou, a FGM teve três presidentes: Roberto Dias, Gilberto Gil e Wally Salomão, personagens importantes no cenário artístico e intelectual da cidade. O desenrolar da trajetória da FGM demonstrou que seu papel reduzia-se, no contexto da gestão Mário

Kertész (1986-1988), a uma importante ferramenta de *marketing* político. “Num momento em que a atuação do prefeito se afastava do pensamento de esquerda, essa ferramenta foi apropriada pelo poder municipal de maneira a se beneficiar junto à opinião pública, principalmente com o carisma emprestado à instituição por Gilberto Gil”. (KÖPP e ALBINATI, 2005, p. 30).

Nos anos que se seguiram, com a eleição de Lídice da Mata (1993-1996), por exemplo, o quadro das políticas implantadas foi ainda mais deficitário. Observou-se que a FGM “não exerceu o papel de coordenação dos processos de formulação e implementação das diretrizes de atuação cultural, concentrando a sua prática, principalmente, nas respostas às demandas do calendário da cidade: datas cívicas, eventos estabelecidos, carnaval etc., e na manutenção dos equipamentos culturais responsáveis”. (SILVA e ALCÂNTARA, 2005, p.29). Na gestão do prefeito Imbassahy (1997-2000 e 2001-2004), houve poucas iniciativas e articulações do setor da cultura com a periferia da cidade, decorrente do distanciamento e ausência de diálogo promovido pela FGM com a população de Salvador.

O restauro de monumentos talvez seja o principal resultado a ser apresentado pela FGM após as duas gestões de Imbassahy. Nesse sentido, a expressão ‘requalificar a cidade’, em seu aspecto físico foi alcançada. Verifica-se, nestes termos, também uma forte interferência governamental no vínculo entre cultura e turismo, no entanto, engendrado pela Emtursa [Empresa de Turismo de Salvador]. (KAUARK, 2004, p.28).

A relação estabelecida entre cultura e política, em Salvador, sempre foi tensa e as experiências iniciais conferidas à Fundação mostraram “a necessidade de se criar e testar estratégias administrativas, de diálogo com a sociedade e com a máquina estatal, que viabilizem a implementação das políticas formuladas”. (KÖPP e ALBINATI, 2005, p.31).

2.2 Incidência das políticas culturais estatais sobre a cidade e suas políticas culturais

Não muito distante da realidade brasileira, o cenário das políticas culturais em Salvador é marcado pelo caráter tardio e desarticulado. Os anos 90 são marcados pela hegemonia política de Antônio Carlos Magalhães, que assume pela quarta vez o governo da Bahia (1991-1994). A política econômica adotada para o Estado apresenta perspectivas voltadas para as “atividades ligadas ao consumo cultural e ao turismo, estratégia que vai favorecer o delineamento de uma imagem da Bahia como lugar de

entretenimento e turismo”. (VIEIRA, 2006, p.2). Em 1995, foi criada a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), que, durante doze anos, foi gerida pelo economista e historiador Paulo Gaudenzi³. Foi uma associação entre cultura e turismo, na época inédita no país.

A cidade de Salvador, foco das maiores mudanças geradas pelo projeto político vigente, passa por transformações em algumas de suas paisagens a fim de conceber uma imagem em consonância com o novo discurso produzido. Apesar das profundas desigualdades arraigadas no tecido sócio-urbano da cidade, o governo realiza um remapeamento do espaço de Salvador, no início da década de 90, e tem como marco principal a restauração do Parque Histórico do Pelourinho (VIEIRA, 2006). Na busca pela reafirmação das identidades locais e apropriações de elementos simbólicos da cultura baiana, o governo do estado passa a atrelar as políticas culturais e turísticas a uma estratégia econômica que coloca o turismo numa posição privilegiada em relação à cultura, vista como “produto” a ser comercializado.

O governo da Bahia reconhece a interdependência entre a cultura e o turismo. A cultura é um fator de diferenciação da oferta turística, e o turismo, um elemento facilitador da implementação da indústria cultural. Justamente por essa razão, o governo trata a cultura como produtora de riqueza econômica, ao contrário de outras regiões do país, onde a cultura recebe tratamento apenas residual, como se fora eventual excedente do crescimento econômico. Um dos vários exemplos que referendam a atitude pró-ativa do governo frente à área da cultura é o projeto do Cluster de Entretenimento da Bahia, capitaneado pela Secretaria da Cultura e Turismo. Prevê esse projeto a necessidade de mais investimentos privados na ampliação, sofisticação e dinamização do conjunto da oferta de atrativos e serviços de entretenimento, além do estímulo e apoio governamental à maior sinergia e integração negocial entre cultura e turismo. (BAHIA, 2000, p.2 apud FERNANDES, 2007, p.9).

Vale ressaltar a importância da Bahiatura (Empresa de Turismo da Bahia S/A), instituição de economia mista, atrelada à Superintendência de Turismo, que tem como função articular a política de *marketing* da cidade ao turismo no estado. Além disso, a Bahiatura desenvolve atividades e eventos sazonais que movimentam a política cultural local. Verifica-se a responsabilidade da empresa em organizar, juntamente com a Prefeitura Municipal de Salvador, festas populares como o carnaval. Além disso, a instituição executa políticas específicas para atividades ou setores como museus, culinárias, folclore e artesanato (FERNANDES, 2007). Gerida por Paulo Gaudenzi em

³ Paulo Renato Dantas Gaudenzi, nascido em 1945, iniciou-se na vida pública em 1973, quando assumiu a Coordenação de Fomento e Turismo na Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia, no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães. Foi responsável pela presidência da BAHIATURA em três administrações carlistas 1979-1983; 1983-1987; 1991-1994.

três gestões, a Bahiatursa era vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, e já era responsável pela promoção de políticas para a área da cultura mesmo antes da criação da SCT.

Observa-se também que boa parte das ações culturais realizadas pelo estado se ateve ao espaço da capital baiana. Destaca-se aqui o papel da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)⁴, órgão atrelado à SCT e responsável pela manutenção de espaços culturais e ao estímulo à produção e difusão de manifestações artístico-culturais. Além disso, FUNCEB mantinha

[...] convênios com instituições da capital a fim de garantir a manutenção e recuperação de espaços culturais (teatros, centros, salas de cinema etc.) e o apoio a projetos artísticos e de formação de platéias. No entanto, os poucos recursos destinados a esta entidade limitam o seu desempenho, malmente, a Salvador. (FERNANDES, 2007, p.8).

O cenário das políticas culturais na cidade demonstrava uma carência de recursos e investimentos para o fomento do setor, porém parecia não ser uma prioridade da administração do governo.

A política cultural estadual, durante a gestão de Kertész na Prefeitura de Salvador, era gerida pela Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, criada em 1972, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães. De 1986 a 1989, o estado teve dois governadores: João Durval Carneiro, então membro do grupo carlista, que governou entre 1983 e 1987 e Waldir Pires, eleito pelo PMDB, que governou de 1987 a 1989. No governo de João Durval, a FUNCEB foi dirigida por Olívia Barradas e, segundo matérias publicadas nos jornais da época, a instituição era pouco presente na vida cultural da cidade. Com a pouca autonomia do Município, determinada pelo regime ditatorial, os produtores e outros atores do campo cultural dirigiam seus pleitos à Fundação Estadual, que, nesta fase de baixa atividade, contribuía para o crescimento da demanda por uma política de cultura local. (KÖLPP; ALBINATI, 2005, p. 8).

Porém, mesmo com as dificuldades de incentivo à área cultural, não se pode negar que a longevidade da administração estadual no setor, sob o signo do “carlismo”, proporcionou uma maior consolidação do mercado de bens simbólicos na Bahia, bem como garantiu o fortalecimento do campo cultural baiano, conferindo-lhe uma maior dinamicidade (VIEIRA, 2006).

No entanto, ao analisarmos o perfil da política cultural implementada nesse período, pode-se perceber que a linha de orientação da ingerência do Estado na cultura está pautada em um modelo tradicional de intervenção, por assim dizer, aos moldes do *script* que vem sendo adotado em nível federal ao longo da história da relação entre Estado e cultura no Brasil. Qual seja: incentivar ações ora voltadas para aquele circuito mais identificado com o que comumente tem se chamado de “cultura de elite”, fomentando

⁴ FUNCEB criada em 1979.

produções voltadas para linguagens artísticas mais restritas como o teatro, a dança e as artes plásticas, ou então através do incentivo à produções de cunho mais popular, voltados à preservação do patrimônio material e imaterial como o folclore, festas e tradições populares. (VIEIRA, 2006, p. 9).

Além disso, grande parte dos recursos investidos em preservação patrimonial vinha de fontes internacionais, conferindo ao Estado papel importante nessa atuação. Na Bahia, assim como em âmbito federal, a “gestão e organização do campo cultural ficaram sob guarda quase que exclusiva do Estado por um longo período, sendo inclusive considerada como área politicamente estratégica, principalmente pelos governos autoritários (destaque-se a era Vargas e o período da ditadura militar)” (VIEIRA, 2006, p.7).

O que se percebe é que a política cultural adotada pelo governo da Bahia tem a intenção de:

[...] conjugar essa sua intervenção mais ‘clássica’, ao tempo em que a potencializa, aos mecanismos institucionais da sociedade de consumidores — o turismo e as indústrias de lazer e de diversão são os instrumentos privilegiados —, como que buscando se alinhar à lógica que concede lugar de destaque à esfera cultural no ordenamento social contemporâneo. (VIEIRA, 2006, p.10).

Observa-se que o entendimento de cultura acionado pelos gestores do governo baiano remete ao que Botelho (2001) chama de dimensão sociológica, uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Portanto, a noção que prevalece é a do senso comum, a qual entende por cultura “o circuito organizado de produção que cria espaços de apresentação ao público, programas/projetos de estímulo, agências de financiamento para os programas e bens culturais a serem consumidos”. (FERNANDES, 2007, p.3). Além disso, essa perspectiva favorece a obtenção de resultados mais rápidos e visíveis, ao contrário das ações verificadas no âmbito antropológico, que necessitam de uma maior interação entre o social, econômico e o simbólico, através de políticas públicas articuladas e plurais geridas por diferentes esferas do governo.

Verifica-se que os impactos das políticas estaduais sobre a cidade e suas políticas culturais são em decorrência de uma conjuntura política que privilegiava a cultura, através de um viés economicista pautado no turismo e no consumo de bens simbólicos. Esses elementos são decisivos para a configuração do cenário soteropolitano, que, por muito tempo, ficou subordinado a essa visão política.

2.3 Análise da gestão de Paulo Lima (2005-2008)

Para uma análise mais atual, é necessário levar em consideração as colocações de Antonio Rubim (2006), que propôs a construção de “uma rigorosa delimitação de territórios de pertença das políticas culturais” buscando “delinear com precisão as suas possíveis zonas de abrangências”. Através de um roteiro de análise, Rubim busca contribuir para as investigações deste tema. Inicialmente, propõe a avaliação da noção de “política” e “cultura”, relação intrínseca a este estudo. A seguir, assinala a necessidade de observação e reconhecimento das formulações e ações a serem desenvolvidas por estas políticas; os correspondentes objetivos e metas; a delimitação e caracterização dos atores envolvidos; os públicos pretendidos; além dos instrumentos, meios e recursos acionados (humanos, legais e materiais).

O autor ressalta ainda a importância dos momentos buscados num sistema cultural, que, dependendo das prioridades e articulações, fornecem um diagnóstico preciso quanto às políticas adotadas e vida cultural do lugar. São eles: criação; investigação; inovação; difusão, divulgação e transmissão; conservação e preservação; circulação, troca, intercâmbio e cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição, consumo e públicos; e organização, legislação, gestão, produção da cultura.

Por fim, Rubim reconhece nas políticas culturais o caráter transversal da cultura por acionar e interagir com diferentes esferas sociais. Tal proposta, não é colocada como um modelo engessado e exato, mas como um extenso levantamento de critérios que se configuram como uma das possíveis formas de verificação quanto ao caráter e alcance de uma política pública de cultura. Assim sendo, o presente trabalho vai se ater aos quesitos: 1) formulações e ações das políticas; 2) instrumentos, meios e recursos acionados (humanos, legais e materiais); 3) delimitação e caracterização dos atores envolvidos; 4) públicos pretendidos.

A gestão de Paulo Costa Lima (compositor e educador), presidente da Fundação Gregório de Mattos nos anos de 2005 a 2008, ocorreu no período em que Salvador foi liderada pelo prefeito João Henrique Carneiro (PMDB)⁵.

⁵ João Henrique de Barradas Carneiro desde 2005 é Prefeito de Salvador. Foi filiado ao PFL até 1994, quando passou a ser membro do PDT. Em abril de 2007 filiou-se ao PMDB, deixando o PDT. No dia 26 de outubro de 2008 com 753.487 votos, ou 58,46% do total de votos válidos João Henrique Carneiro foi reeleito prefeito de Salvador e seu mandato se estenderá até o dia 31 de dezembro de 2012.

Além disso, o país vivia a gestão de Gilberto Gil frente ao Ministério da Cultura (MinC), que apresentava como aspecto positivo da gestão, a abrangência dos programas. As propostas do MinC configuravam-se como reformistas e inovadoras para a área da cultura.

Entre as articulações previstas no país na esfera federal, estadual e municipal estão o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Informações Culturais. Em 2006, a Bahia passou por um momento de transição política em âmbito estadual, com o rompimento da hegemonia de 16 anos de atuação do mesmo grupo político, dirigido pelo PFL, atual DEM (Democratas). Com a eleição do governador Jaques Wagner (PT), o setor da cultura passou a ser repensado, com o objetivo de ampliar o acesso aos bens culturais, que antes estavam concentradas na capital, através da descentralização das atividades de cultura em todo o estado.

Uma das primeiras ações foi a separação das áreas de cultura e turismo, que, até então, estavam numa mesma secretaria. Esta medida fez-se necessária para a implantação de uma nova proposta de política cultural para a Bahia. Esses contextos demonstraram-se favoráveis para o delineamento de um cenário diferente na área da cultura, tanto em âmbito estadual, quanto municipal. Em ambas as esferas de poder, a participação popular apareceu como plano de fundo das discussões e medidas a serem implantadas.

Com as influências advindas das propostas do governo federal, na intenção de integrar sistemas mais democráticos e participativos, as políticas adotadas em Salvador buscaram através de programas e projetos uma aproximação maior com a realidade da cidade, através do diálogo com a sociedade e a valorização das tradições populares e religiosas. Já em âmbito estadual, a política adotada visava a descentralização das atividades de cultura, através da interiorização dessas ações no estado baiano. Observa-se que ambas as estruturas baseavam-se na adoção de uma perspectiva ideológica de política cultural caracterizada como:

Políticas de democracia cultural que se apóiam não na noção de serviços culturais a serem prestados à população, mas no projeto de ampliação do capital cultural⁴ de uma coletividade no sentido mais amplo desta expressão. [...] uma política de sustentação e ampliação do capital cultural que passe pela discussão das formas de controle da dinâmica cultural pode criar as condições para práticas culturais duradouras, quer de consumo quer de produção. (COELHO, 1997).

A Fundação Gregório de Mattos, que vinha tendo uma postura distante quanto à realidade instalada na cidade, nos bairros e nas comunidades, passou a adotar um olhar mais crítico quanto à própria atuação e propostas para o município.

De fato, não se pode separar a cultura da vida. As pessoas desta cidade se aglomeram em torno de um espaço urbano caótico, fruto de uma rima perversa entre ocupação desordenada, ausência de políticas públicas, índice alarmante de pobreza e desigualdade social comparável à da Namíbia – o que dizer da cultura? Poderia estar imune a esse quadro? [...] A invisibilidade caminha de mãos dadas com uma grande dificuldade de articulação local e com a ausência de intercâmbios sistemáticos entre bairros e regiões. Para a classe média e as instituições a ela adstritas – universidades, cadernos de cultura, etc. – a cidade praticamente se restringe ao que pode ser visto do carro. [...] O resultado de tudo isso: uma cidade pobre, com grandes problemas urbanos, porém capaz de exibir uma quantidade expressiva de pólos culturais espalhados por seu território. Uma enorme vocação para o desenvolvimento cultural, potencializando o que já existe, e ao mesmo tempo um déficit histórico de educação formal, de construção de leitores e de fruidores críticos, capazes de impactar o nível cultural da mídia, por exemplo, vulneráveis com relação ao discurso fácil da folclorização, para o bem da imagem, garantindo uma superficialidade insuportável, que afeta tudo, inclusive o carnaval. Não é um cenário simples, até porque já não existem cenários isolados. Assim como na economia, a circulação de bens simbólicos é hoje uma rede mundial. Estamos preparados para tal desafio? (ABC da Fundação Gregório de Mattos: um catálogo de projetos culturais, Salvador, 2008).

A difícil tarefa de administrar um cenário complexo como o de Salvador, com problemas de organização social e urbana, torna-se um agravante para a atuação da FGM. A instituição de pequeno porte tem a responsabilidade de atender uma demanda que não corresponde à sua realidade estrutural (Figura 1) e administrativo-financeiro.

⁴ Num sentido estrito, capital cultural aponta para um conjunto de instrumentos de apropriação dos bens simbólicos. Sob este aspecto, considerando-se a questão do ponto de vista do consumo cultural – um dos modos de apropriação dos bens simbólicos – alfabetização integra o capital cultural ou capital simbólico de um indivíduo tanto quanto sua educação em geral e seu treinamento para apreciar a música, a pintura, o cinema ou qualquer outra modalidade cultural. [...] Num sentido mais amplo, constituem o capital cultural de um indivíduo ou comunidade a soma de todos esses instrumentos que permitem o consumo e a produção dos bens simbólicos (bem como sua distribuição e troca) e o conjunto dos próprios bens simbólicos produzidos, como as coleções nas bibliotecas, pinacotecas, museus, galerias, cinematecas e assim por diante (COELHO, 2004, p.85).

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS - FGM**

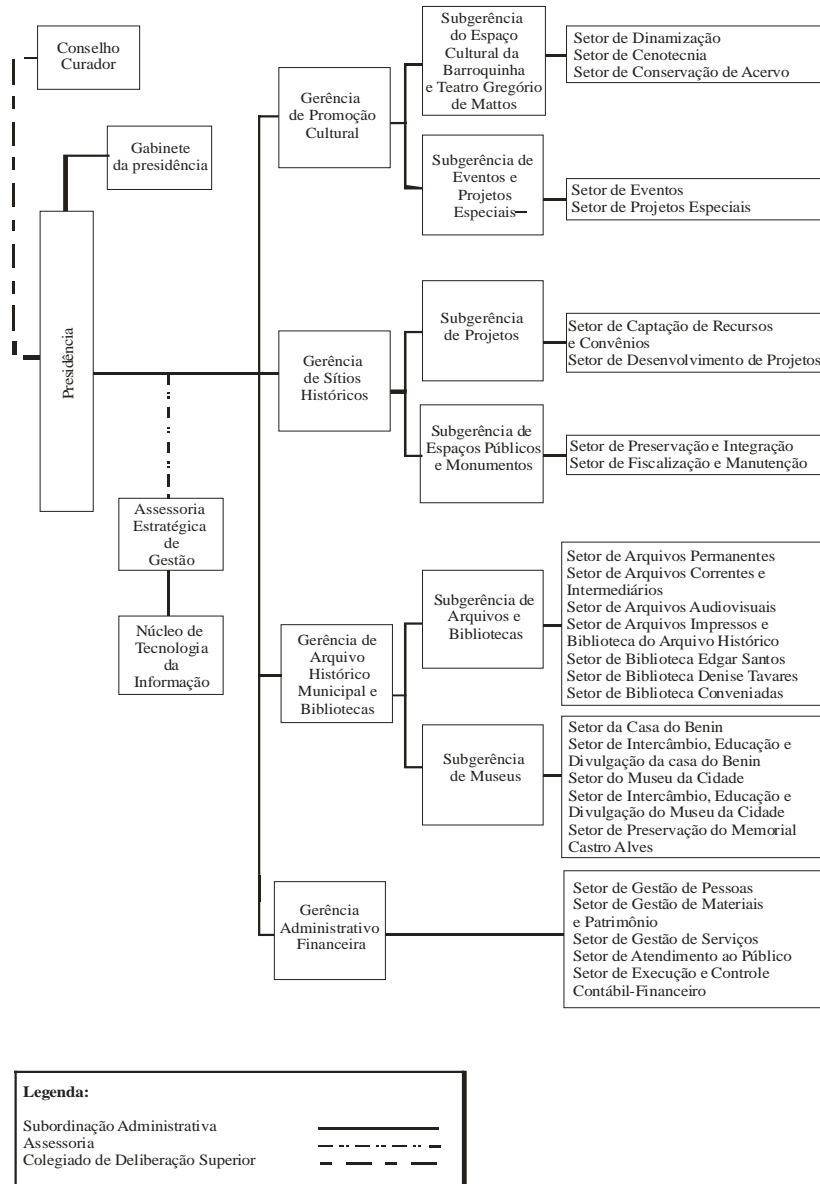


Figura 1. Organograma da Fundação Gregório de Mattos

(Fonte: Diário Oficial do Município)

A responsabilidade pela execução das ações da FGM fica a cargo das gerências e subgerências. As primeiras têm a função de planejar, orientar, controlar e avaliar a execução dos trabalhos e das atividades permanentes da unidade; as outras funcionam como área de articulação e execução referentes ao setor em que atuam. Na escala de

hierarquia, todos esses setores são subordinados à presidência, que está ligada ao conselho curador⁶, porém esse último encontra-se inativo. Considerado como um conselho de notáveis, esse grupo foi nomeado para dar *status* aos conselheiros, para mostrar que a Fundação tinha um vínculo com vários setores, uma articulação local, nacional e internacional. O Conselho pouco atuou em relação à Fundação, que tem uma função executiva diária (KÖPP; ALBINATI, 2005).

Em relação à administração dos projetos executados pela FGM, no período, destaca-se a Gerência de Promoção Cultural (Geproc) – como responsável, por exemplo, pelos projetos Cinema na Praça, Estação Cultura, Mestres Populares da Cultura, Orquestra Sinfônica da Juventude e eventos cívicos como o 2 de Julho e o 7 de Setembro. Além disso, a Gerência dirige e supervisiona a utilização dos equipamentos de cultura e a execução do planejamento de atividades do Museu da Cidade e da Casa do Benin (equipamentos da FGM).

A Geproc também tem a função de avaliar e apoiar projetos das comunidades da cidade, em comum acordo com a gerência da presidência da FGM. A Gerência de Promoção Cultural conta com duas subgerências: Sub-Gerência de Eventos Especiais e Projetos e Sub-Gerência do Espaço Cultural da Barroquinha e Teatro Gregório de Mattos. Percebe-se que a Fundação possui um setor de captação de recursos; este, porém, é específico para a área de sítios históricos, voltado para o patrimônio material da cidade. Isso se deve aos custos elevados desses serviços, que extrapolam a capacidade orçamentária da FGM para cobrir essas despesas.

A Fundação Gregório de Mattos possui cerca de 100 funcionários, distribuídos entre fixos e terceirizados, sendo que parte dos prestadores de serviços terceirizados é cedida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à qual é vinculada.

[...] esta opção de contratação aconteceu na primeira gestão de Imbassahy após a demissão (e recontração de uma parte) do quadro de pessoal da Fundação. A maioria não possui nível superior e recebe pouco incentivo para qualificação, o que rarefica as discussões e contribuições acerca das atividades e projetos da Fundação. (KAUARK, 2004, p.11).

Segundo o relatório de gestão de 2008, a FGM buscou melhorar as condições de trabalho através de investimentos em equipamentos de informática e na atualização do modelo de gestão pública em parceria com a Secretaria de Municipal de Administração (SEAD), acompanhando a execução orçamentária e contábil, além das prestações de

⁶ Composto pelo Prefeito Municipal; o presidente da FGM; o secretário da SMEC; o diretor presidente da ENTURSA, um vereador representante da Comissão de Cultura da Câmara Municipal; dois membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, ligados à atividade histórico-cultural e artística.

contas mensais e anual. Por não possuir um orçamento fixo, a FGM lida com a instabilidade de recursos que faz com que parte dos projetos realizados sejam custeados através de convênios e financiamentos. Grande parte da execução orçamentária da FGM é gasta com a folha de pagamento de salários, manutenção da estrutura e projetos de baixo custo. A FGM tem sob sua responsabilidade a administração e manutenção dos aparelhos culturais (de posse da Prefeitura), tais como: Teatro Gregório de Mattos; Espaço Cultural da Barroquinha; Casa do Benin; Museu da Cidade; Arquivo Municipal; Biblioteca Professora Denise Tavares (localizada na Liberdade) e Biblioteca Reitor Edgar Santos (em Itapagipe).

Na busca pela promoção de ações culturais e abrangência de incentivos para o setor na cidade, instituiu-se uma nova Lei Municipal de Incentivo a Cultura (Vivacultura), que prevê o abatimento de impostos a empresas patrocinadoras de projetos culturais. Essa lei revogou a anterior nº 5.352 de 23/01/1998, que, por sua vez, revogou a Lei Alfaya nº 4.280 de 1990 (renovada nas leis 4.776/93 e 5.153/96). Configura-se, portanto, como a quinta institucionalização da lei municipal de incentivo a cultura, que possui critérios muito próximos da anterior.

Apesar do crescimento de recursos da FGM nessa gestão, através das tentativas de articulação institucional para a dinamização do setor, percebe-se que a escassez de recursos financeiros para o fomento das políticas culturais promovidas, dentre outros fatores, configura-se como um dos principais impedimentos para a abrangência de ações e intervenções locais.

2.3.1 Formulações e ações desenvolvidas

As formulações e ações da política cultural de Salvador, de 2005 a 2008, foram baseadas em premissas conceituais que tinham a intenção de guiar as diretrizes da gestão. Foram levadas em consideração as seguintes discussões:

1. A missão e o desafio da gestão em desenvolver e estimular processos culturais e educacionais.
2. Busca pelo conhecimento e pela informação por meio da cultura.
3. Necessidade de criação de um formato de atuação ou movimento, capaz de mobilizar pessoas e organizações, promovendo a permanência institucional dessas ações desenvolvidas.
4. A adoção de uma perspectiva de cultura abrangente trata-se de uma dimensão utópica, porém necessária. Pensando nessa utopia como algo que possa “assumir a feição da possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito

alternativas locais⁷”, cabendo à teoria não o papel da generalização a partir das alternativas e sim a gestão da informação visando à criação de redes translocais – permitindo inteligibilidade e cumplicidade – investindo numa forma de globalização contra-hegemônica. 5. Se o horizonte mais imediato da gestão cultural apontou para a necessidade de um movimento, em termos de médio e longo prazo o desafio apontou para as vias de institucionalização dos múltiplos canais que organizam a produção e a troca de conhecimentos culturais numa cidade que prioriza a participação coletiva [...]. (SALVADOR, 2007).

Através da reflexão de ações e áreas prioritárias a serem seguidas, foram formuladas diretrizes que se tornaram balizadoras para atuação da FGM nessa gestão. As cinco diretrizes⁸ que norteiam a Fundação são: 1) Participação popular (pensando a cultura para o desenvolvimento e a responsabilidade social); 2) Cotidiano das Artes (fomento aos diferentes atores do sistema cultural: artistas, grupos artísticos, produtores, centros culturais da cidade. Surgem nessa direção duas propostas: a criação da Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo de Cultura); 3) Valorização da Memória; 4) Intercâmbio cultural; 5) Fórum permanente (diálogo com a sociedade sobre objetivos da gestão e políticas culturais).

Verifica-se que os projetos e eventos realizados pela Fundação foram encaixados dentro dessas divisões de prioridades. Tendo como base as diretrizes ou o que Paulo Lima chamou de “avenidas”, princípios que perpassam diretamente a Fundação e a cultura de modo geral, a FGM reuniu esforços para a realização de projetos e programas que transmitissem suas intenções.

Partindo da necessidade de reavaliar as políticas municipais de incentivo à cultura, a Fundação buscou articulação com a população e segmentos da sociedade. Uma das iniciativas foi a reativação da lei municipal de incentivo a cultura, conhecida como Lei Alfaya, que estava em desuso há mais de dez anos. Aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, no dia 10 de agosto de 2005, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei nº 6.800/2005) foi sancionada pelo prefeito João Henrique, em 26 de agosto de 2005, e regulamentada em 28 de dezembro de 2005. Através da Lei Vivacultura, o contribuinte pode transferir 10% do que pagaria em ISS (Imposto sobre Serviços) e IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) para projetos culturais aprovados pela FGM.

⁷ Santos, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente*, 2000, p.35.

⁸ Fonte <http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/apresentacao.php>. Acesso em 24/04/2009.

A Prefeitura Municipal de Salvador, através da parceria entre Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e FGM, lançou em 2007 o segundo edital destinando recursos orçamentários da ordem de R\$ 600 mil para incentivo a projetos culturais, visando os benefícios previstos na Lei – R\$200 mil a mais que no primeiro ano. Mesmo com o aumento de recursos no segundo ano de vigência do edital, percebe-se que esse valor representa cerca de 0,36% da arrecadação municipal entre os impostos referidos. Observa-se que esse percentual ainda é baixo se for levada em consideração a extensão da cidade, suas demandas e os baixos recursos destinados à FGM, que não ultrapassam o valor dos R\$14 milhões, pouco mais que 0,20% do orçamento do município.

Quanto às áreas contempladas, podem concorrer projetos nas seguintes áreas: artes cênicas, artes plásticas e gráficas, artesanato, folclore e tradições populares, arquivos e museus, fotografia, cinema e vídeo, música, história, literatura, e campanhas educativas e culturais de caráter não comercial. De acordo com o edital, a restrição refere-se à concorrência de projetos que solicitam incentivos inferiores a R\$ 5 mil e superior a R\$ 50 mil. Além disso, o abatimento concedido às empresas não poderá exceder 80% do valor do projeto a ser apoiado. Medida considerada importante porque obriga o empresariado a investir 20% dos seus recursos. “O Vivacultura representa um passo adiante, ao consagrar como prática de governo, no âmbito do município, o estímulo à atividade cultural”, afirmou Paulo Lima, em entrevista concedida para este trabalho.

Verifica-se que as propostas do Fundo Municipal de Cultura e a Lei de Incentivo Vivacultura fazem parte do plano de iniciativas para cultura do governo federal, que, a partir de 2005, através de debates extraídos da Conferência Nacional de Cultura e uma série de outros eventos, possibilitaram o intercâmbio entre as diversas instâncias do campo cultural. Dentre elas, instituições públicas e privadas; sociedade civil; representantes de órgãos que desenvolvem e regulamentam as políticas culturais em âmbito municipal, estadual e federal. Além disso, essas ações tinham a intenção de integrar e articular um Sistema Nacional de Cultura, que seria gerado a partir de iniciativas e estímulos das três esferas de poder.

Uma das dificuldades encontradas pelos grupos, no edital, é a exigência da carta de aprovação de apoio pelo patrocinador, questão que muitas vezes impede a inscrição de um projeto na seleção. A partir do lançamento do edital em 28 de junho de 2006, foram inscritos apenas seis projetos, com vistas à obtenção de incentivo fiscal. Os projetos foram submetidos à Comissão de Avaliação de Projetos Culturais (CAPC), que

não conta com a participação de representantes da comunidade. Esta comissão é composta apenas por representantes da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), Fundação Gregório de Mattos e Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e foi constituída por decreto em 24 de abril de 2006. Dos seis projetos inscritos, foram aprovados e receberam certificado, os seguintes: "Reviravolta", montagem de percussão cênica de Osvaldo Rosa Jr.; "Dois Gumes", espetáculo de dança de Marcelo Galvão; "Limite e Fim", CD autoral de Maria Stella Aouad Campos; e "Vá ao Vila, Velho", proposto pela Organização Não-Governamental Sol Movimento da Cena, gestora do Teatro Vila Velha. O edital apoiou quatro projetos culturais com o valor total de R\$ 170.000,00, sendo R\$ 136.000,00 sob forma de renúncia fiscal, conforme a lei prevista.

Como a lei municipal tem como pré-requisito a aprovação do patrocinador para a inscrição do projeto no edital, entre a classe interessada, há alguns questionamentos quanto a essa exigência. Porém, para os responsáveis pela criação da lei municipal, não faz diferença ter um patrocinador antes da aprovação do projeto. A dificuldade assinalada entre os grupos artísticos está na observação de um impasse em que as empresas só patrocinam um projeto caso ele esteja aprovado na lei, tornando-se moeda de troca. Outra questão é o desinteresse das empresas em apoiar projetos pequenos, que lhes proporcionam menos visibilidade. Portanto, sem a carta de aprovação no edital, fica ainda mais difícil viabilizar a captação de recursos.

Pode-se pensar também que a lei municipal viria para quebrar um ciclo vicioso em que as empresas se condicionaram a partir das leis de incentivo. Por outro lado, a lei municipal, desde sua vigência, enfrenta problemas como a pouca visibilidade e repercussão, com uma quantidade irrisória de projetos inscritos e aprovados, sendo estes projetos de grupos e pessoas já conhecidos como, por exemplo, o "Vá ao Vila, Velho" do Teatro Vila Velha. Este é um fator que limita o edital no avanço da diversidade dos grupos e raio de atuação dele na cidade não é diferente dos já conhecidos pela cena artística baiana. Desta forma, a lei municipal Vivacultura tem seu objetivo principal questionado, já que deveria apoiar grupos artísticos menores da cidade que não têm condições de concorrerem na lei Fazcultura (lei de incentivo a cultura do estado).

Dentro das iniciativas previstas pela FGM, para a ampliação de recursos no setor da cultura, não foram identificados avanços na implementação do Fundo Municipal de Cultura. O Fundo de Cultura foi formalmente criado, mas a segunda etapa exigia a superação de desafios. Segundo Paulo Lima, era necessário criar cargos para estabelecer o fundo, já que possuía CNPJ independente, entre outras coisas. Como o governo entrou

em crise, a partir do segundo ano de gestão (2006), a criação de cargos estava vetada. Apesar de ser possível a aplicação dessa medida, seria necessário refazer essa estrutura para que uma fundação pudesse ter um fundo ligado à cultura.

Uma terceira dificuldade encontrada é que os outros fundos têm fontes federais que os alimentam diretamente, então a criação desse fundo não iria necessariamente resolver o problema de que a câmara votasse mais verbas para a Fundação, a rigor existia a rubrica Fundo de Cultura, mas você cria o fundo e o dinheiro vem de onde? Então, criar o fundo não é a questão principal, mas de onde vem a verba. É nessa questão que entra aquele acordo de 1% para a verba da cultura. E quando chega na câmara todas as secretarias tem seus percentuais fixados e ninguém quer ceder. Quanto de faz as contas junto à secretaria da fazenda do orçamento da prefeitura: 25% de educação, 15% saúde, 40% funcionalismo, dívidas consolidadas e deixadas pelos governos anteriores afetam 12% então vai para 92%. Ou seja, a prefeitura tem 8% pra cuidar de tudo. É inviável! Ou a prefeitura consegue muito dinheiro de fora do estado ou do governo federal para que dê conta disso ou está declarada em crise permanente. Além disso, há a arrecadação via IPTU que foi feito de uma forma desordenada, em que muita gente não paga, porque se arrecadasse mais esse percentual do funcionalismo cairia, mas o nível de arrecadação atual fica em torno de 38% a 40% e não é um nível tão alto. Esse é o drama da cidade de Salvador. Com 8% para tudo qual a chance que cultura tem de pegar 1%? Nenhuma. Tem que haver outra abordagem política e uma, macro organização do município para esse setor chegue aonde precisa chegar. (Informação Verbal) ⁹.

Paulo Lima faz referência à busca por outras estratégias que ampliassem a atuação da Fundação, como por exemplo, a educação, que tem direito a 25% do orçamento do município e administra 400 escolas. Destaca ainda que todas elas deveriam ter uma dimensão cultural. Lima ressalta que somou esforços para estabelecer alianças com a Secretaria de Educação para tentar articular a Fundação por esse caminho.

[...] nossos enfoques em relação a essa situação de penúria foi batalhar por convênios conseguimos a cada real que foi gasto com o dinheiro do orçamento nós conseguimos botar R\$ 1,00 de convênio, captamos mais de 6 milhões de reais em três anos. (Informação Verbal) ¹⁰.

Verifica-se, nesse processo, a necessidade de diálogo com outros setores, não só como uma estratégia orçamentária para a cultura, mas também pela influência que áreas como educação e cultura, quando juntas, exercem sobre a esfera social. Hamilton Faria (2000) pontua:

Certa vez, conversava com um ativista do Olodum que me chamava a atenção para a necessidade deste diálogo. “Em Salvador, mais de 90% da população é negra. A questão cultural do negro passa pela alfabetização das crianças a partir de temáticas da cultura negra e da necessidade de introduzir

⁹ Informação fornecida por Paulo Costa Lima em entrevista concedida para este trabalho em Salvador em 19 de junho de 2008.

¹⁰ Idem, 2008.

nos currículos práticas culturais de origem negra, como capoeira junto com educação física, a introdução de estudos africanos como matéria curricular. O *reggae*, o samba de roda, as músicas de candomblé e da capoeira devem ser matéria educacional”. (FARIA, 2000, p.19).

Destaca-se os projetos através de convênio com o MinC, número que cresceu significadamente. Entre eles, o projeto Escola-Rede ‘Ponto de Cultura em Salvador’, incentivado pelo Ministério da Cultura, através do Pontão de Cultura do programa nacional Cultura Viva.

Com o objetivo de colorir, dar vida e movimento a alma desse País é que o Programa Cultura Viva atua junto com a sociedade, entidades organizadas, pessoas interessadas, poder público, jovens vibrantes e apaixonados. Tudo isso para construirmos uma rede que seja capaz de se mobilizar na conquista de espaços e fazer com que, cada vez mais, permeie entre nós, uma Cultura viva que tenha corpo, mas que ao mesmo tempo, tenha uma alma fértil e seja capaz de produzir frutos. E aqui, construir a rede, significa criar uma maior proximidade dos Pontos de Cultura, trocar experiências culturais, estéticas, sociais, fazer uma gestão compartilhada, empoderar ações e sujeitos que trabalham o despertar da música, da literatura, das artes visuais, do teatro, da dança e assim, cada um deles em sua especialidade possam trocar, estender e disseminar ações dentro e fora do Programa Cultura Viva¹¹.

O projeto passou a se desenvolver em Salvador sob a coordenação da FGM, que também tinha a responsabilidade de realizar seleção através de edital específico. Eram disponibilizados para o edital R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) de investimentos do governo federal. Esse projeto possibilitou a instalação de 12 projetos culturais no âmbito da cultura digital, em bairros populares da cidade. Além de Salvador, outros 261 municípios integraram a rede Pontão no país, totalizando 450 projetos, dos quais cerca de 50 são na Bahia. Em Salvador, o projeto recebeu o nome de Escola-Rede Municipal de Cultura, propondo-se a trabalhar com temáticas culturais em diversos formatos e linguagens. O primeiro produto foi a revista *Cultura no Ponto*, sobre as comunidades de Águas Claras, Vila Canária e Engomadeira. Além disso, encontrava-se em fase de produção de um *site*, diversas oficinas e exposições a céu aberto na vizinhança dos projetos apoiados.

Dentro dessa perspectiva vemos aí uma grande aproximação entre a idéia da Escola-Rede e do Pontão de Cultura de Salvador, que é um convênio recém-firmado entre a FGM e o Ministério Nacional da Cultura - MinC, no âmbito do Programa Cultura Viva, e que prevê a instalação de 20 pontos de cultura digital e audiovisual espalhados pela cidade. O desenho do Pontão reforça a concepção da Escola, e vice-versa. Neste âmbito, prevê-se a realização de processos de formação na área de produção cultural e em linguagens artísticas diversas. Prevê-se ainda a criação de um Site especificamente

¹¹ Fonte http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=11. Acesso em 14/06/2009.

voltado para a produção dos 20 pontos, a publicação de uma revista e o lançamento de vídeos e CDs. (Informação Verbal) ¹².

No ano de 2008, oito projetos receberam *kit* multimídia e a segunda parcela do incentivo, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), por participante. Quatro ainda estavam com documentação pendente, e uma instituição desistiu de participar da premiação por problemas jurídicos. Verifica-se que, após o fim da gestão de Paulo Lima, o programa enfrentou sérias dificuldades no avanço das ações, gerando reivindicações da Comissão de Representantes dos 12 Pontos de Cultura do Projeto, Escola Rede Municipal de Cultura - Pontão de Cultura de Salvador ao ministro da cultura Juca Ferreira.

Tendo em vista a formalização de Convênio/MinC/FNC nº 845/05 de 31 de dezembro 2005 entre o Ministério da Cultura - MinC e a Fundação Gregório de Mattos [...] viemos por meio deste em nome dos 12 (doze) pontos de Cultura [...] solicitar a Vossa Senhoria maiores informações e esclarecimentos, uma vez que tal recurso encontra-se aplicado pela Fundação Gregório de Mattos, e até o momento nada foi concretizado para com as entidades selecionadas pelo Projeto Escola Rede Municipal de Cultura - Pontão de Cultura de Salvador. Salientamos que recebemos Apoio Cultural da Fundação Gregório de Mattos na gestão do Prof. Paulo Lima, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos), com o objetivo de estruturar o espaço físico para o recebimento dos materiais previstos em edital que já encontrava-se em fase de pregão eletrônico. Após tal recebimento houve uma mudança de gestão o que retardou o processo e atualmente nos encontramos em total descaso para com a execução do projeto, causando péssima situação junto as comunidades onde se alocam o pontos ¹³.

A descontinuidade de ações da Fundação caracteriza-se como fator maior que contribui para a cisão entre a relação da instituição e a sociedade soteropolitana. A dificuldade em prosseguir com as ações e projetos da FGM verifica-se após a exoneração de Paulo Lima, em meados do final de 2008. Após este episódio, em seis meses a Fundação mudou duas vezes de gestão.

Em 2007, a cidade de Salvador foi escolhida como eixo nacional para a construção da nova fase do Projeto Capoeira Viva 2007. Através de um acordo político, a FGM ficou a cargo do gerenciamento do edital (o terceiro lançado através do projeto).

Idealizado pelo Ministério da Cultura, o Capoeira Viva é um programa pioneiro na valorização e promoção da capoeira como bem cultural brasileiro. “Queremos consolidar uma política nacional para a capoeira, sem perder o foco das funções sócio-culturais que ela exerce tão bem, mas destacando também o seu potencial de interação com as mais diferentes

¹² Entrevista concedida por Paulo Lima ao site da FGM.

Fonte <http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/pensando-cultura-modelo.php?edit=4>. Acesso em 14/06/2009.

¹³ Fonte http://mais.uol.com.br/view/60hdqfuj9v9c/pontos-de-cultura-salvador-4023168E_4910326?types=A&. Acesso em 14/06/2009.

linguagens, inclusive as ligadas à tecnologia”, observa Juca Ferreira. Por sua vez, o presidente da Fundação Gregório de Mattos, Paulo Costa Lima, vê no novo edital um recurso prático não só para disseminação da capoeira, como para o mapeamento de todas as diversas experiências relacionadas a ela nas várias regiões do país¹⁴.

Com uma abrangência nacional, o projeto teve patrocínio da Petrobrás e do MinC (mecenato). O programa previu a premiação de cerca de 100 projetos, distribuído R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a partir de quatro modalidades – ação sócio-educativa (voltadas diretamente para os mestres em suas atividades de ponta); estudos e pesquisas; criação e manutenção de acervos; além de capoeira e cultura digital. A divulgação do edital (2007), feita através das prefeituras em todo país, fez com que fossem registradas 1.286 inscrições em todo território nacional. O processo de seleção contou com avaliações *online* e presencial, sendo que a Comissão de Avaliação reuniu-se em Salvador entre 17 e 19 de março para finalização do julgamento, que culminou na apresentação de um Seminário sobre pesquisas em Capoeira. Os resultados foram anunciados no dia 4 de abril de 2008, em solenidade que contou com a presença do Ministro da Cultura Juca Ferreira (Interino), no Palácio Rio Branco, contemplando 123 projetos em todo o Brasil.

¹⁴ Fonte http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/noticias-modelo.php?cod_noticia=240. Acesso em 12/06/2009.

Tabela 1. Quadro de projetos selecionados

(Fonte: ABC da Fundação Gregório de Mattos: um catálogo de projetos culturais, Salvador, 2008).

CATEGORIAS	PROJETOS	VALOR INCENTIVADO
Apoio a Ações Sócio-educativas	86	R\$ 561.935.00
Incentivo para projetos inéditos de estudos, pesquisas, inventários e documentação sobre o desenvolvimento da capoeira	16	R\$ 171.000.00
Apoio a Acervos Documentais	7	R\$ 200.000.00
Ações relacionadas à capoeira por meio de mídias e suportes digitais, eletrônicos e audiovisuais, incluindo, filmes, vídeo, exposições, instalações, sítios, portais e jogos eletrônicos, software livre e produtos correlatos, e iniciativas de produção e difusão.	13	R\$ 270.160.00
TOTAL	122	R\$ 1.203.095.00

A segunda edição do projeto, em 2008, captou recursos via Mecenato: Petrobrás/MinC no valor de R\$ 5.368.830.00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta reais) previa o lançamento de catálogos de referência e CDs com músicas de capoeira das cinco regiões brasileiras. Dentre as dificuldades assinaladas pela FGM, que gerenciou novamente o edital, estava o problema de adequar o plano de trabalho proposto ao valor do prêmio recebido, que foi menor que o solicitado. Além disso, a demora do recebimento do dinheiro gerou defasagem orçamentária. Outro questionamento girou em torno do seminário, que gerou por parte dos avaliadores e participantes considerações sobre seu formato. Propuseram discutir em cada região os projetos contemplados, elaborando o formato do seminário de acordo com o público a quem se destina. A aceitação em coordenar um projeto em nível nacional emprestou certo prestígio à gestão, que se utilizou dessa estratégia para suprir carências que a instituição não pode sanar, como por exemplo, a promoção de grupos locais com recursos próprios.

Outro projeto desenvolvido pela Fundação Gregório de Mattos foi o Espaço Cultural da Barroquinha, em parceria com a Arquidiocese de Salvador e patrocínio da Petrobras e do MinC, através da Lei Rouanet. A Fundação renovou o convênio com a Petrobras para a realização da segunda etapa das obras de restauro e adaptação da Igreja, no valor de R\$ 2.500.000.00 (dois milhões e quinhentos mil reais). A iniciativa visava à reestruturação da Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, que se encontrava

em estado de degradação desde um incêndio em 1984, na gestão anterior (2001-2004). O monumento foi reformado por conta da revitalização do seu entorno, no Centro Histórico de Salvador. Através do projeto, a igreja passou a funcionar como um centro cultural que abriga espetáculos de teatro, dança e música, e contará com platéia para 150 pessoas, galeria de arte, memorial e café.

O Espaço Cultural da Barroquinha é formado pela Igreja da Barroquinha, o Terreiro da Fama (área externa do TGM [Teatro Gregório de Mattos]) do Cine Glauber Rocha (posse do Governo do Estado). Apenas no relatório de 2002, aparece a intenção de transformar a Igreja Nossa Senhora da Barroquinha num equipamento cultural, que seria denominado Coliseu das Artes – muito embora o projeto de utilizar a Igreja, semidestruída por um incêndio em 1984, para promoção de atividades culturais, date de 1999. O projeto de 1999, que também seguia uma antiga proposta da arquiteta Lina Bo Bardi, destinava o espaço a atividades cênicas e exposições, construindo o teatro independente da estrutura original, permitindo o uso de cenotecnia, comum no Teatro Experimental - que diversifica o uso dos espaços internos à imaginação e criatividade dos que os utilizam. Nos corredores laterais, de um lado estaria o foyer do teatro, do outro um espaço para exposições. Mas o modelo apresentado pela Fundação em 2002 indica apenas a adaptação do espaço para a realização de eventos musicais eruditos. Segundo mesmo relatório, a Petrobrás demonstrou interesse em financiar a restauração da Igreja, com parceria do Ministério da Cultura - investimento este que já começou. (KAUARK, 2004, p.15).

O projeto da Igreja da Barroquinha, que faz parte das ações prioritárias da FGM, de valorização da memória, compõe o conjunto de iniciativas de revitalização do entorno do Pelourinho e seu patrimônio material. Aspecto que ressoou como forte argumento perante para o MinC e a Petrobras patrocinadores da obra. Além disso, a nova arquitetura do espaço, prevista no projeto, reúne história e contemporaneidade, característica que atua como elemento estratégico para o local, foco das visitas turísticas da cidade e, portanto, do interesse político. Vista a importância desse projeto no cenário estratégico político para a cidade, o mesmo foi inaugurado em comemoração ao aniversário dos 460 anos da cidade, em março de 2009, e contou com incentivos políticos do prefeito João Henrique e do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB), para sua abertura definitiva.

O programa Mestres Populares da Cultura também foi patrocinado pelo Ministério da Cultura, através do Fundo Nacional de Cultura e Mecenato. Obteve junto ao MinC o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Além disso, contou com o apoio da Petrobras e Prefeitura de Salvador, compreendendo uma série de DVDs, o lançamento de dois CDs e um edital para a seleção de propostas de festivais e feiras de cultura, homenageando pessoas que foram escolhidas pela notoriedade do seu saber e

contribuição na construção da identidade cultural do bairro ou localidade onde moram ou trabalham.

A intenção era investir em processos de transformação de saberes para a juventude. Foram selecionados 15 festivais entre destaca-se alguns como: *Afonjá Até Gbô Gbô: o corpo da diversidade* homenageia a mestra Detinha de Xangô (Oba Gessin) e o mestre Albérico Mascarenhas (Oba Kankanfô) do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, no bairro de São Gonçalo do Retiro. O projeto pretende valorizar os conhecimentos afro-brasileiros e o potencial da juventude do terreiro; *Mulheres Rendeiras e Trançadeiras dos Bairros do Uruguai e Massaranduba*, o projeto das comunidades do Uruguai e Massaranduba, que homenageia as mestras Elinete Lazara, Ana Rosa Santos, Luisa Amélia e Sônia Dias; *I Festival Cultural da Ilha de Maré*, proposto pela comunidade de Praia Grande na Ilha de Maré, homenageia o mestre Nôca e as mestras Izeth Bonfim, Maria Carvalho (conhecida como Dona Véia) e Joana do Nascimento, valorizando a pesca, a tradicional confecção de doces de banana e a memória afro-descendente¹⁵.

O programa investiu ainda em atividades que dessem repercussão aos autores. Destacam-se exposições fotográficas como: 'Eu me orgulho dessa gente', de André Faria, montada no Aeroporto e nos Shoppings da cidade e promovido em parceria com 'Salvador Negro Amor', Sérgio Guerra. Além disso, houve participações em eventos como o PERCPAN, o Mercado Cultural e a feira das Artes do bairro do Rio Vermelho. Esses eventos renderam ainda a captura de imagens e a edição de vídeos.

Caracterizada como uma ação de intercâmbio cultural, a recuperação da Casa do Benin foi promovida em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Odebrecht. Os recursos envolvidos somaram o valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), permitindo que o equipamento cultural voltasse a ser um ponto de representação e articulação entre Bahia e África. Em 2006, a casa do Benin foi recuperada e, mais tarde, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), passou a abrigar em sua estrutura o Telecentro da Casa do Benin, que recebe visitantes e escolas públicas municipais. Após a reestruturação, a Casa do Benin passou a ser cenário de exposições e oficinas, destacando-se algumas ações:

Agudás (de Milton Guran), *Oficina das Folhas Sagradas*, projeto *Casa dos Objetos Mágicos* – iniciação de jovens artesãos na manufatura de peças ritualísticas do candomblé –, *Curso de Toques e Tradições* (Ketu e Angola), voltado para jovens percussionistas, sempre em parceria com importantes

¹⁵ Fonte ABC da Fundação Gregório de Mattos: um catálogo de projetos culturais, Salvador, 2008.

alabês da cidade, a exemplo de Edvaldo Araújo do terreiro da casa Branca e Esmeraldo Emetério (Chuchuca) do Tumba Junsara¹⁶.

Em 2007, o presidente da república do Benin, Boni Yoyi, esteve em Salvador em visita à casa do Benin.

O líder africano disse que veio a terra já conhecida por seus antepassados “para ver de perto” a semelhança cultural e histórica entre a África e o Brasil, o Benin e a Bahia. “O presidente Lula me falou isso e vejo que só o mar nos separa, a alma é a mesma”, disse Yoyi, enfatizando que Lula foi o primeiro presidente brasileiro a criar uma embaixada brasileira no Benin¹⁷.

Na gestão de Paulo Lima, esta articulação da Casa do Benin, que buscou convergir mundos que, apesar de distantes têm as mesmas raízes históricas e culturais, foi considerada como a ação mais importante entre articulações e eventos considerados como de intercâmbio cultural.

Por fim, vale ressaltar o investimento da gestão em dar visibilidade às ações e promoções realizadas pelas FGM, segundo relatório de gestão 2008 foram contabilizadas 850 matérias na imprensa escrita de Salvador, no período da gestão. Além disso, a construção do site da Fundação (www.cultura.salvador.ba.gov.br) também servia como divulgador e banco de dados da FGM para quem quisesse obter mais informações sobre a história, bairros etc. de Salvador e sobre as novas articulações estabelecidas pela gestão.

2.3.2 Instrumentos, meios e recursos acionados

Localizada numa superfície de 706,8 km² e tida como uma metrópole nacional, com quase três milhões de habitantes, Salvador é a cidade mais populosa do Nordeste e a terceira mais populosa do Brasil. Tem concentrados nos serviços 78,94% da geração de renda do município. Em 2002, a cidade chegou a ter o segundo pior PIB do país, que, de acordo com a pesquisa do IBGE, a soma dos bens e serviços dividida pelo número de habitantes de Salvador foi de apenas R\$ 4.624, bem abaixo da média nacional, que é R\$ 8.694. Em 2004, a renda *per capita* de Salvador era de R\$ 7.575,13, passando para R\$ 8.318,74 em 2005. Em termos de valores, o Produto Interno Bruto (PIB) de Salvador cresceu de R\$ 19,9 bilhões para R\$ 22,2 bilhões no mesmo período. Com frequentes

¹⁶ Ibid. p.20

¹⁷ Fonte: Casa do Benin recebe e estreita laços culturais. Tribuna da Bahia, Salvador, 17 de ago de 2009.

oscilações na economia, apesar da melhora, Salvador é caracterizada como uma cidade desigual e pobre.

Em 2005, em relação ao orçamento *per capita* na área da cultura, Salvador encontrava-se no 24^a posição entre as 27 capitais do Brasil. Segundo fonte do IBGE, estima-se que na cidade soteropolitana gaste-se com cultura cerca de R\$ 1,02 e em Boa Vista (RR), a 1^a colocada no *ranking*, uma média R\$ 30,51.

O orçamento destinado à Fundação Gregório de Mattos para realização de suas ações culturais é fixado através do Plano de Aplicação Bimestral (PAB). Nesse plano é decidido de acordo com o balanço financeiro do município, quanto a prefeitura pode disponibilizar para o que se chama de “Função Cultura” do orçamento do município.

A FGM não tem "recurso vinculado", que determina a porcentagem que deve ser investida pela Prefeitura, como acontece com a educação (que, segundo a constituição, é de 25%). Então a Fundação deve apresentar uma proposta orçamentária. Em 2004, por exemplo, os recursos para a Função Cultura foram de R\$ 4.258.000,00, sendo R\$ 1.853.000,00 para ampliação e novos projetos, e R\$ 2.405.000,00 para manutenção das atividades - neste valor está incluso o orçamento da FGM que foi de R\$ 1.665.000,00¹³. Em maio de 2004, porém, houve um corte de 70% deste orçamento, ocasionando a paralização de todas as atividades da FGM. (KAUARK, 2004, p.11).

Em 2006, Paulo Lima, questionou esta Função Cultura, e ressaltou a importância de cada instituição e seu dever em contribuir para os avanços do setor.

A função da cultura está na Emtursa, que cuida do carnaval; na Secretaria de Emprego e Renda, que pensa a questão da economia da cultura; está na Secretaria de Desenvolvimento Social [...]. E que na verdade, é um sistema do qual a Fundação Gregório de Mattos é reconhecidamente o órgão produtor de políticas culturais, mas é um entre essa diversidade¹⁸.

A vulnerabilidade financeira da Fundação é um dos fatores que gera a falta de uma maior articulação da instituição na cidade. Boa parte do orçamento da FGM é absorvida com pagamentos de funcionários, manutenção dos serviços técnicos e administrativos, patrimônio material e projetos de curto e médio prazo. Segundo dados do IBGE de 2005, o orçamento do setor da cultura na cidade representava cerca de 0,20% do orçamento do município correspondente a cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), números que demonstra a incapacidade orçamentária do setor e a falta de interesse político em aumentar os investimentos da cultura. Segundo Paulo Lima apesar de ser disponibilizada uma média de 6.000.000,00 (seis milhões), havia os contingenciamentos e desse valor era liberado uma média de dois milhões, sendo que a

¹⁸ Conselho Estadual de Cultura. Políticas Públicas de Cultura. / Conselho Estadual de Cultura. Salvador: P555 Edições, 2006. 366p.__(Cadernos Temáticos,1) Política Cultural – Bahia. I. Título. II. Série.

Fundação nunca podia gastar mais do que isso. Dentre os projetos avaliados verifica-se que houve um investimento expressivo na captação de recursos via MinC, valores que acrescentam consideravelmente nos recursos financeiros da instituição, chegando em 2008 com seis milhões e quinhentos, triplicando o valor do orçamento que era destinado a Fundação. Segundo relatório de gestão de 2008, a administração da FGM procurou cortar gastos no intuito de vencer as limitações financeiras reduzindo, por exemplo, em 25% a frota de veículos de trabalho da Fundação. Percebe-se que movimentar ações culturais e políticas públicas de cultura em Salvador mostra-se como um grande desafio de criatividade, tendo em vista tanta restrição e instabilidade política e financeira.

2.3.4 Participação da sociedade

O público-alvo a quem se destinam as formulações e política cultural da FGM são os cidadãos e não apenas a classe artístico-intelectual da cidade, como é visto muitas vezes em gestões passadas. Dentre as ações de cunho participativo da Fundação destaca-se a tentativa de implantar o Conselho Municipal de Cultura (CMC), que apesar de não ter sido instituído, foi criado como órgão colegiado sob a Lei Municipal 7.315/2007 que passaria a definir as políticas públicas culturais para o município. A composição do conselho planejada pela FGM considerava uma coordenação colegiada, um conselho geral, uma plenária e oito comissões temáticas para as áreas de artes cênicas, música, artes visuais, livro e literatura, patrimônio histórico e cultural, culturas negra e indígena, eventos de rua e educação, ciência e tecnologia. Cada uma das câmaras envolveria representantes do empresariado local, das comunidades, classe artística, políticos, movimentos sociais, órgãos do governo voltados para a cultura e as instituições de pesquisa vinculadas ao tema¹⁹. Durante o ano de 2008, a FGM sob supervisão da Gerência de Promoção Cultural (GEPROC), cadastrou as entidades interessadas na participação do conselho, registrando um total de 150, distribuídas em oito câmaras técnicas e seis perspectivas, conforme determina a Lei.

¹⁹ Fonte ABC da Fundação Gregório de Mattos: um catálogo de projetos culturais, Salvador, 2008.

Tabela 2. Número de entidades cadastradas no Conselho Municipal de Cultura.

(Fonte: ABC da Fundação Gregório de Mattos: um catálogo de projetos culturais, Salvador, 2008).

CÂMARAS	PERSPECTIVAS						Total
	Comunitária	Profissional	Conhecimento	Política	Empresarial	Governamental	
Artes Cênicas	29	7	5	2	4	2	49
Música	31	7	4	3	3	2	51
Artes Visuais	22	4	2	4	3	2	37
Livro e Literatura	18	3	6	1	1	1	30
Patrimônio Histórico	8	5	13	2	2	1	31
Cultura negra	42	8	7	4	0	3	64
Eventos de rua	31	8	3	2	1	3	48
Educação	29	6	14	3	1	4	57
Total	81	22	25	5	12	4	150

Mesmo depois de tal mobilização, o conselho não foi instalado, todavia, em função da falta de quorum da Comissão Provisória de Credenciamento (CAPC) e atropelo das ações devido aos dois turnos das eleições municipais.

Destaca-se também a realização de duas edições da Conferência Municipal de Cultura de Salvador, contando na primeira edição (2005) com 255 líderes culturais e na segunda (2007) com 650 participantes entre eles políticos, lideranças de bairros e instituições culturais. A II Conferência teve como tema “A Cidade se Articula” e atingiu oito áreas da cidade como: Brotas, Subúrbio, Liberdade, Itapagipe, Miolo Central, Orla Atlântica, Centro Histórico e Federação. O debate seguiu a partir da realidade de cada bairro, destacou temas como: patrimônio material e imaterial, pensamento e memória, culturas digitais, audiovisual e radiodifusão, expressões artísticas, além de políticas e gestão cultural. Pode-se avaliar essa iniciativa como ponto positivo da gestão como pontapé inicial para esse tipo de articulação local, observa-se que algumas iniciativas foram realizadas a partir desses debates como, por exemplo, a Lei de Incentivo Vivacultura e o Mapeamento Cultural da Cidade que compilou informações sobre os 120 bairros de Salvador que foram divididos entre oito regiões, essas informações contendo cerca de 1500 matérias escaneadas de jornal de cada um dos 120 lugares foram disponibilizadas no site Cultura Todo Dia que tem link no site da FGM.

Ainda que as tentativas de proximidade de diálogo com a sociedade soteropolitana tenham sido frustradas, segundo Paulo Lima há questões problemáticas

para qualquer um que venha assumir a gestão da Fundação, como por exemplo, trabalhar numa estrutura com diversas limitações e que lida com uma cidade tão grande e complexa como Salvador. “Quando se abre o mapa da cidade, são setenta áreas do tamanho da Liberdade. Só Cajazeiras, são onze, se não me falha a memória. Imaginem, dois milhões e seiscentas mil pessoas!”, questiona Paulo Lima referindo-se as ações da FGM²⁰.

Para o presidente da FGM na época, apesar das diretrizes que guiam as ações da Fundação ainda há aspectos que não são claros e bastante questionáveis. “O que seria participação popular, quando conjugada com cultura? O que seria participação popular e que não são também as soluções populistas e que não são do tipo “levar cultura para”, geralmente taxadas como modelos culturais dirigentes?”²¹. Essas perguntas são importantes quando se trata de um processo que está sendo construído e analisado frequentemente, como é o caso de Salvador.

Apesar da gestão Paulo Lima, tentar instalar uma nova concepção de cultura e reunir esforços para modificar a realidade das políticas culturais do município, o que se percebe é que atrelado ao fato do desinteresse das lideranças políticas locais às questões culturais da cidade, está à falta de dados e informações sobre a cultura local e o cenário onde está inserida. Portanto, o desconhecimento sobre a vida cultural do território acaba inviabilizando a elaboração de um planejamento, ou seja, a construção de uma política articulada, coesa e de longo prazo. O que ocorre na maioria das vezes e também no caso de Salvador, é que os gestores junto aos assessores elegem por conta própria demandas que melhor correspondam às obrigações políticas. A política de eventos e serviços permanentes são os mais comuns nessa situação. No entanto, a realização de eventos muitas vezes pode ser benéfica se caso essas ações possuírem dimensões e forças para promover articulações e intercâmbio de experiências e conhecimentos. Além disso, o registro dessas atividades de caráter periódico pode vir a ser um acervo, saindo da eventualidade e assumindo um sentido de permanência.

Os serviços permanentes se concentram em áreas como: criação e manutenção de espaços culturais; registro, proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural; apoio à produção e à difusão dos bens culturais; formação de recursos humanos; incentivo à leitura; políticas socioculturais; intercâmbio cultural e criação de instâncias de participação nas decisões de política cultural. (MACHADO, 2000, p. 54).

²⁰ Conselho Estadual de Cultura. Políticas Públicas de Cultura. / Conselho Estadual de Cultura. __ Salvador: P555 Edições, 2006. 366p.__(Cadernos Temáticos,I) Política Cultural – Bahia. I. Título. II. Série.

²¹ Ibid. p. 242

Percebe-se, portanto que Salvador faz parte do modelo de muitos municípios que vivem uma democracia sem participação. Com uma posição financeira desfavorável, a participação se retrai, pelo fato de ser ela quem tenciona e redefine as prioridades da cidade. Além disso, configura-se como uma discussão inconveniente para os que governam, no entanto, para o alargamento das políticas culturais locais, faz-se necessário o estabelecimento de intervenções e debates sociais.

3. Políticas Culturais do Recife

3.1 Movimento de Cultura Popular (MCP) - Educação e Cultura

Nos anos 60, o Brasil vivia as repressões da ditadura militar e um retraimento de qualquer iniciativa que se configurasse como política pública de cultura. Ainda assim, verificava-se um avanço significativo da cultura em diversas partes do país. Na cidade do Recife, durante o governo municipal (1959-1962) e estadual (1963-1964) de Miguel Arraes, destacava-se o Movimento de Cultura Popular (MCP). Este incorporava uma política de educação e cultura que visava alfabetizar crianças e adultos, num processo voltado para os interesses populares e nacionalistas (SOUZA, 2007).

Apoiado pela frente de esquerda, Miguel Arraes foi eleito prefeito do Recife, enquanto o grupo reformista de Cid Sampaio ocupava o governo do Estado. Foco de preocupação e de grandes investimentos, a área da educação teve destaque na gestão de Miguel Arraes através do MPC, que foi criado em maio de 1960, como instituição sem fins lucrativos, com sede no Sítio da Trindade, no Recife. Dentre as propostas do MCP, destacam-se as do Círculo de Cultura de Paulo Freire, método de ensino que se baseava na alfabetização a partir do universo vocabular da turma. Além disso, havia as Escolas de Rádio/Livro Leitura, projeto que hoje conhecemos como Educação a Distância. (SOUZA, 2007).

A articulação de Arraes com as classes populares tinha como propósito instituir o governo como “popular e abrir os canais de recepção das demandas populares dentro dos desígnios do nacional”. (JACCOUD, 1986 apud SOUZA, 2007, p.3). Desta forma, este governo ultrapassou o populismo, adotando uma postura popular, em que estava disponível para atender demandas da população organizada ou não (MEMORIAL DO MCP, 1986 apud SOUZA, 2007).

A articulação de Miguel Arraes com as classes populares, setores progressistas e nacionalistas foi fruto da formação da Frente do Recife. Estruturada pelas correntes de esquerda em Pernambuco (PCB, PTB e PST), a Frente do Recife disputou as eleições em Pernambuco a partir de 1955. (SOUZA, 2007, p.3).

O objetivo do movimento era oferecer educação com propostas de caráter popular e estabelecer um diálogo claro entre os intelectuais e o povo. Para tanto, utilizavam-se ações direcionadas para os contextos populares, atrelando ensino e arte para chegar à observação e crítica da realidade social. A idéia era promover discussões

sobre as questões nacionais, direcionando para uma consciência política e preparando essas pessoas para a participação na vida nacional.

As raízes do MCP estão mergulhadas numa concorrência, marcada por conflitos entre a Prefeitura do Recife e o governo do Estado, pelo controle da atividade educacional. O período de 1958 – 1964 representa a polarização nos projetos políticos de dois governos, representantes de forças sociais antagônicas, que disputaram controle ideológico da situação, com repercussão na educação. (MELO, 2005, p.32).

A eleição de Miguel Arraes para governador do estado de Pernambuco (1962) possibilitou a expansão do MCP. O governo lançou uma campanha de alfabetização de adolescentes e adultos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Educação e Cultura do Estado e do MCP, a quem cabia a função de operacionalizar as ações. O programa tinha entre suas diretrizes a interiorização do projeto, que passava a atuar não só no Recife, mas em todo o estado pernambucano. “Já em fins de 1962, o MCP contava com cerca de 20.000 alunos divididos em pouco mais de 600 turmas, distribuídas entre 200 escolas isoladas e grupos escolares”. (COELHO, 2002, p.444).

Caracterizado como um projeto político do governo, as iniciativas na área da educação permeavam a transformação social e econômica, ponto de partida para a superação do subdesenvolvimento em que o estado se encontrava (MELO, 2005). Após ser eleito, Miguel Arraes é alvo de constantes acusações que tinham como objetivo incitar a população através do medo pelo perigo que o comunismo ateu e destruidor traria às instituições. Este contexto, portanto, é o início da organização do golpe militar, que em 1º de abril de 1964 depôs Miguel Arraes do governo do Estado.

Inicia-se o desmonte de toda a atuação do governo estadual na área de educação e cultura. O MCP é o principal alvo desta operação, através da nomeação de um interventor-presidente, por ato do governo do Regime Militar, Paulo Guerra e seu secretário de educação, Sr. Edson Moury Fernandes. (MELO, 2005, p.34).

Após o golpe, o MCP foi extinto e criou-se a Fundação Guararapes, que possibilitou a continuação das escolas. Só a partir de 1985, período de redemocratização do Brasil, que “foi retomada a eleição para os dirigentes das grandes capitais, período em que Jarbas Vasconcelos foi eleito pelo voto direto para o seu primeiro mandato frente à prefeitura do Recife”. (MELO, 2005, p. 42).

3.2 Cultura e Turismo

Nos anos de 1969 e 1973, no governo Médici especificamente, a economia brasileira teve um crescimento significativo, aumentando o mercado de consumo de bens materiais e simbólicos, enquanto a concentração de renda e da população nos centros urbanos expandia-se. “As produções culturais no Brasil, que anterior ao golpe militar eram restritas e para poucos, torna nesse momento pós-golpe, uma dimensão nacional”. (ORTIZ, 2006 apud VICENTE, 2009, p.28). O aumento da população, somado ao crescimento industrial e à necessidade de mão de obra qualificada, gerou uma atenção voltada ao estímulo de políticas culturais que atingissem maior número de pessoas (VICENTE, 2009).

Nesse contexto, em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), que tinha como uma das prioridades a preservação do patrimônio material e cultural do país. Além disso, destacava-se o incentivo à criação de conselhos estaduais de cultura, que passaram de dois para 22 estados. O CFC também passou a contribuir para a criação de instituições locais, como as Casas de Cultura, que tinham como objetivo serem captadoras de informações culturais locais (CALABRE, 2006 apud VICENTE, 2009, p.29). As Casas de Cultura, em sua maioria, eram alvos de estratégias turísticas que exploravam as atividades folclóricas e o artesanato local. Passa-se então a ser evidente o início da relação entre as políticas culturais e as políticas do turismo.

Apesar da repressão da ditadura militar às ações culturais, o entrelace entre cultura e turismo começou a se formar como parte de uma política de desenvolvimento econômico do país. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) incentivou a criação do Conselho Nacional de Turismo (CONTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no mesmo ano em que se fundou o CFC. O turismo passou a ser visto como elemento capaz de atenuar as diferenças econômicas regionais.

Em 1967, foi criada a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), que, ligada à Secretaria de Indústria e Comércio, tinha como finalidade executar as políticas estaduais de turismo regidas pelo Plano Nacional de Turismo. Após três anos, foi fundada, no Recife, a Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), órgão que passou a cuidar das atividades relacionadas ao turismo. A função que antes cabia à Secretaria de Educação e Cultura, no Departamento de Recreação e Turismo, migrou para a EMETUR, embora fosse mantido ainda o vínculo com a secretaria.

Na busca pelo reposicionamento do turismo na cidade e em nome da requalificação, a instituição despejou os comerciantes e passou a se responsabilizar pelas atividades comerciais realizadas no Pátio de São Pedro, local formado por casarios do século XVII, tomado como principal lugar da cidade para a realização das atividades turísticas. Das 20 casas que formam o pátio, 16 delas foram utilizadas para fins turísticos, dando lugar a bares, restaurantes, ateliê fotográfico (Lambe-lambe), galerias de exposição de arte, biblioteca, cinema, shows e peças teatrais. Nestes lugares aconteciam eventos culturais que sempre enfatizavam a cultura popular como atrativo maior da cidade.

A EMETUR realizou concurso de quadrilhas no São João; de Pastoril no Natal; de fantasias na época do Carnaval; de ciranda e de fotografia. Inicialmente, o Carnaval era gerido pela Comissão Organizadora do Carnaval (COC), grupo especial destinado exclusivamente a essa atividade; a partir de 1970, porém, a EMPETUR assumiu a gestão do evento. Com o calendário cultural da cidade sendo administrado pelo setor do turismo, os intelectuais da época passaram a se manifestar contra tais ações.

Em consonância a isso, a Comissão Pernambucana de Folclore, em agosto de 1978, no dia do Folclore, lançou um manifesto contrário à atuação das empresas de turismo, em especial à EMPETUR e EMETUR. Inicia seu protesto com a seguinte pergunta: 'O turismo é realmente importante ou é apenas o responsável pela decadência e morte do folclore e da cultura popular legítima'. (Diário de Pernambuco, Recife, 1978 apud VICENTE, 2009, p. 41).

Os argumentos do referido manifesto enfatizavam ainda a descaracterização das manifestações populares e a organização do Carnaval pelos órgãos do turismo como tendências que poderiam vir a desvalorizar as agremiações de frevo. Além disso, o evento era incentivando para ações como escolas de samba, não características da região, desrespeitando, portanto, a estrutura da cidade, composta por estreitas ruas tradicionais de saídas de blocos. Os diretores da EMPETUR, representados por Olímpio Bonald Neto, manifestaram-se em resposta ao movimento:

Muitos vêm somente aos aspectos negativos do turismo e atribuem a eles todas as descaracterizações culturais e poluição ambientais ocorridas em áreas que passavam a ser receptor de visitante, sem, ao menos, admitir a ação de outros fatores negativos (fora do controle do setor turístico) que interferem. (VICENTE, 2009, p. 42 apud RECIFE, 1982, p. 15).

Diante das pressões internas e numa mudança de estratégia para o setor turístico e cultural da cidade, em 1979, a EMETUR deu lugar à criação da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, que “tem por objetivos principais e permanentes: exercer,

desenvolver e incentivar a política cultural do município; fortalecer o sentimento de cidadania; preservar o patrimônio cultural municipal e nacional, no âmbito da Cidade do Recife”. (PERNAMBUCO, 1979 apud VICENTE, 2009, p. 42). As ações na área do turismo ficaram reduzidas a um departamento para a promoção de eventos na cidade, resultando numa diminuição significativa das atividades relacionadas ao setor turístico na cidade.

3.3 Análise da gestão de Roberto Peixe (2005-2008)

3.3.1 Secretaria de Cultura do Recife: Estrutura administrativa e política do setor cultural

Em 2001, na cidade do Recife, sob a administração do prefeito João Paulo (PT), é criada a Secretaria de Cultura do Recife (Secult), dirigida pelo *designer* João Roberto Peixe. A secretaria passa a representar o setor da cultura no município, mas mantém vínculo com a Fundação Cultural da Cidade do Recife (FCCR), instituição que anteriormente respondia pelas atividades artísticas e culturais da cidade.

Num acordo de governo no início da gestão em 2001, houve um desmembramento da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, criando uma secretaria específica de cultura. A Fundação de Cultura já existia e era vinculada a Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, com a separação, a fundação é vinculada a secretaria de cultura. Na segunda gestão em 2005, houve também o desmembramento do turismo e do esporte, ficando a secretaria de turismo, e o esporte, agregado a secretaria de educação, esporte e lazer, essa é a estrutura atual. (Informação Verbal)²².

Novos rumos foram traçados para a política pública de cultura do Recife, buscando não só atuar com eventos e datas comemorativas, mas objetivando ampliar o conceito de cultura e integrar essas ações a programas e projetos articulados com o desenvolvimento econômico da população e o fortalecimento das raízes culturais e manifestações populares.

A concepção de cultura adotada considera três dimensões: 1. enquanto produção simbólica tendo como foco a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; 2. enquanto direito de cidadania, com foco na universalização do acesso à

²² Informação fornecida por João R. Peixe em entrevista concedida para este trabalho na ocasião do IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura em Salvador em 31 de maio de 2008.

cultura e nas ações de inclusão social através da cultura; e 3. enquanto economia, como foco na geração de emprego e renda, no fortalecimento de cadeias produtivas e na regulação da produção cultural e dos direitos autorais, considerando as especificidades e valores simbólicos dos bens culturais (RECIFE, 2008).

Com a ampliação da estrutura administrativa do setor, pretendia-se alcançar uma ação mais integrada com a sociedade e outros setores e esferas do governo (estadual e federal). A Secretaria de Cultura apresenta como principal atribuição definir e implementar políticas e ações culturais, assim como restaurar e preservar o patrimônio histórico e cultural recifense. Detentora de autonomia e orçamento próprio apresenta a estrutura administrativa do organograma que segue (Figura 4).

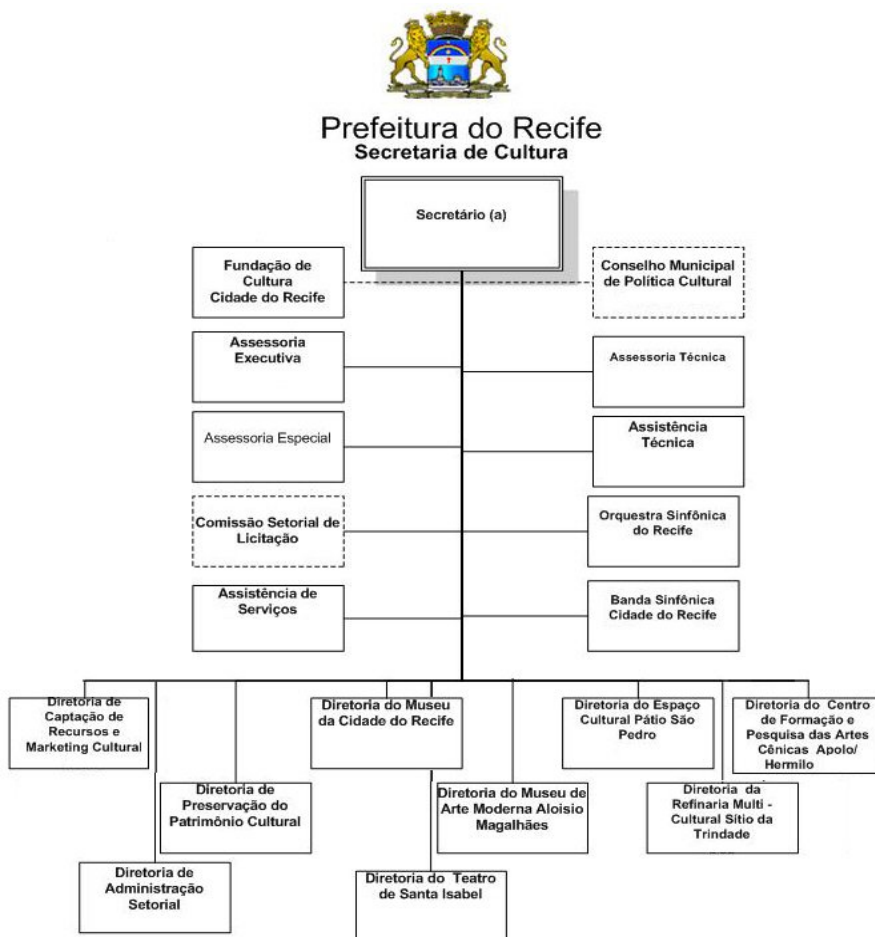


Figura 2. Organograma da Secretaria de Cultura do Recife.

(Fonte: Site oficial da Secretaria de Cultura do Recife)

Na nova estrutura organizacional, a Fundação de Cultura Cidade do Recife foi mantida como órgão operacional da Secretaria de Cultura. O novo organograma propõe uma maior autonomia de gestão aos equipamentos culturais do município, como unidades vinculadas diretamente ao gabinete do Secretário. A Fundação de Cultura teve a estrutura básica mantida, incorporando mudanças como a criação do Núcleo da Cultura Afro-Brasileira.

Numa reforma administrativa realizada no início da segunda gestão do Prefeito João Paulo, no ano de 2005, as mudanças estruturais se aprofundaram na busca pelo aperfeiçoamento administrativo. No âmbito da Secretaria de Cultura, a transformação considerada mais importante foi à criação da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, que trouxe para o órgão a gestão do patrimônio cultural material e imaterial do município, antes locadas na Empresa de Urbanização do Recife (URB) e na FCCR, respectivamente. Também foi criada a Diretoria de Captação de Recursos e Marketing Cultural. As mudanças mais abrangentes ocorreram na Fundação de Cultura, que passou a ter uma nova estrutura, com a criação das Diretorias de Desenvolvimento e Descentralização Cultural e de Gestão dos Equipamentos Culturais, em substituição à antiga Diretoria de Ação Cultural. Estas Diretorias passaram a ter funções mais definidas e Gerências Operacionais e de Serviços, específicas para as diversas áreas culturais, incluindo novos segmentos como dança, fotografia e design. (RECIFE, 2008).

Quanto à gestão das atividades e execução orçamentária, verifica-se que, em relação aos investimentos públicos, a Secult, por exemplo, empenhava cerca de 10% do total do Carnaval, ficando o restante a cargo da FCCR; o mesmo acontece no São João e *Réveillon*. O orçamento da FCCR é maior por ela ser uma entidade administrativa indireta, não estando sujeita a algumas burocracias centralizadoras da Prefeitura do Recife; há uma maior agilidade em licitações (por ter uma própria Comissão Permanente de Licitação - CPL) e nos trâmites financeiros (empenho, liquidação e pagamento).

A Secult possui uma estrutura de 93 funcionários comissionados e 30 efetivos, somando um total de 123. A maioria destes funcionários é cedida pela FCCR, já que esta instituição dispõe de mais recursos para folha de pagamento. Além do pagamento fixo mensal, existe uma diária de eventos que, por lei, é paga através da FCCR. Isso significa que qualquer funcionário da Prefeitura do Recife que trabalhe nos eventos culturais, independente do órgão em que esteja lotado (geralmente o pessoal da limpeza e segurança), receberá em folha de pagamento da FCCR.

A captação de recursos (patrocínios, *marketing* direto e convênios) fica sob administração da Secult. Por esta razão, a Fundação de Cultura fica com a maior parte dos recursos do tesouro para pagamento. Essa estrutura organizacional foi criada no intuito de fortalecer os órgãos municipais de cultura, possibilitando uma dinâmica diferente na gestão e na política cultural para a cidade.

3.3.2 Formulações e ações das políticas

No ano de 2001, em busca de reformular as ações culturais no município, a Secretaria Municipal de Cultura deu início à construção do Plano Estratégico de Gestão Cultural para a Cidade do Recife. O plano define objetivos estratégicos para a política cultural e seus principais pontos de mudança que a gestão deve implantar. De forma simplificada, destacam-se aqui os objetivos estratégicos: a política cultural pretendida busca o desenvolvimento, democratização, inserção da cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda, além da descentralização dessas ações na cidade, consolidando Recife no circuito nacional e internacional da cultura.

Já as mudanças propostas são: implementar um modelo de gestão moderna, transparente e democrática; viabilizar uma política cultural ampla e integrada no espaço metropolitano; dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local; estimular, através da cultura, o exercício da cidadania e da auto-estima dos recifenses, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade. Para atingir os objetivos e mudanças propostas do Plano Estratégico todos os projetos e ações foram reunidos em sete Programas Estratégicos: Programa Estratégico 1 - Valorização da Cultura; Programa Estratégico 2 - Cultura como Vetor de Desenvolvimento; Programa Estratégico 3 - Patrimônio Cultural; Programa Estratégico 4 - Formação Cultural; Programa Estratégico 5 - Rede de Equipamentos Culturais; Programa Estratégico 6 - Gestão Democrática; Programa Estratégico 7 - Estrutura Administrativa²³.

A segunda gestão do Prefeito João Paulo (2005-2008) deu continuidade à proposta política iniciada com a estruturação do Sistema Municipal de Cultura. Este sistema é vinculado ao Sistema Nacional de Cultura e é caracterizado como um instrumento de articulação das políticas públicas de cultura, com participação e controle

²³ Ver Anexo I: Plano Estratégico de Gestão Cultural para a Cidade do Recife.

da sociedade civil. O Sistema Municipal de Cultura da cidade do Recife é constituído pela Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, Conselho Municipal de Política Cultural, Fóruns Permanentes de Cultura, Plenária e Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura, Sistema de Incentivo à Cultura (Mecenato e Fundo Municipal de Cultura), Sistema Municipal de Informações Culturais e Sistema Municipal de Equipamentos Culturais.

As diretrizes da gestão cultural da cidade do Recife são definidas através da Conferência Municipal de Cultura, realizada bianualmente, e do Conselho Municipal de Política Cultural, de composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil. Os Órgãos Gestores devem apresentar, anualmente, relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Municipal de Cultura (RECIFE, 2008).

Implementado no ano de 2001, o cadastro cultural do Recife foi reestruturado em 2006 e prevê a instalação de uma base de dados que contribua para a geração e difusão de informações culturais (artistas, equipamentos, eventos, manifestações e segmentos artísticos, cadeias produtivas, etc.), por meios eletrônicos. Esta é uma das iniciativas que visa estar conectada com o Sistema Nacional de Informações Culturais, que busca acompanhar e avaliar as atividades culturais com pesquisas e indicadores culturais.

Em 2007, nas eleições do conselho municipal de política cultural assim como nos Fóruns, foram utilizadas urnas eletrônicas para a realização da votação. Como pré-requisito para votar a pessoa física ou jurídica deveria estar inscrita no Cadastro Cultural do Recife 2006. Dados da Secretaria de Cultura do Recife descreveram que em 2006 quando o cadastro foi atualizado, haviam 2.582 inscrições validadas (pessoa física) e de pessoa jurídica haviam 40 inscrições validadas. Segundo o relatório de gestão 2008, o cadastro é uma ação da Gerência do Sistema de Informações Culturais da Secult e se tornou um dos critérios para a inscrição de projetos no Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) e também para a participação nas discussões dos fóruns permanentes de cultura do município. Estas medidas tornaram-se formas de incentivar as pessoas a se cadastrarem no banco de dados (RECIFE, 2008).

O sistema municipal de equipamentos culturais é constituído pelo conjunto dos equipamentos culturais públicos e privados da cidade do Recife. O sistema tem a função de articular os gestores culturais, para viabilizar uma atuação integrada e complementar dos equipamentos. A estrutura da Rede de Equipamentos Culturais da Secretaria de

Cultura e da Fundação de Cultura Cidade do Recife é constituída por: cinco teatros, três museus, dois centros de documentação, um centro de memória, quatro espaços culturais, duas bibliotecas, a Orquestra Sinfônica do Recife, a Banda Sinfônica da Cidade do Recife e o Coro da Prefeitura do Recife. A proposta deste sistema é descentralizar os espaços culturais que, em sua maioria, encontram-se na região central da cidade, através da instalação das Refinarias Multiculturais, novos equipamentos localizados nas Regiões Político-Administrativas (RPAs) da cidade (RECIFE, 2008).

3.3.3 Programas e projetos

Destacam-se aqui dois projetos que foram estruturadores, tendo a cultura como eixo central no processo de desenvolvimento da cidade do Recife: o “Programa Multicultural do Recife” e o “Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda”.

O Programa Multicultural foi desenvolvido pela Secretaria de Cultura e pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife, como ação estratégica para descentralizar as ações culturais através da participação popular. O programa tem como eixos de ação: o respeito à pluralidade, o estímulo à participação e a valorização da cultura local. O principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do Recife, através da visibilidade da produção cultural dos diversos grupos sociais e do apoio ao processo de construção da sua identidade cultural.

O programa tem como característica estratégica o estabelecimento de uma relação direta entre a política municipal de cultura e as diversas comunidades, além do foco das ações serem voltadas para as questões pedagógicas e compreendidas como elemento transformador das percepções e práticas do fazer cultural. Nesta perspectiva, o programa se propõe à realização de cursos, oficinas e palestras, através da redistribuição de investimentos, da descentralização das atividades culturais em todo o município, da interlocução permanente entre gestores e comunidades e da promoção do acesso de todos a informações e conhecimentos sobre a produção cultural, seus meios e produtos (RECIFE, 2008).

A iniciativa tem como público-alvo prioritário jovens entre 16 e 25 anos, residentes na periferia da cidade, particularmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social – expostos a drogas, violência e marginalidade. O A meta é capacitar os para atuarem no mercado da cultura, despertando o interesse para essa

atividade e transformando-a numa oportunidade de profissionalização. Além disso, visa valorizar as manifestações culturais de cada RPA. No aspecto organizativo, o Programa Multicultural propõe a realização de festivais, mercados e a criação de Refinarias Multiculturais - lugares permanentes para a realização de atividades artísticas e culturais (RECIFE, 2008).

O festival multicultural é o momento inicial de implantação das ações do Programa nas seis RPAs, que congregam 94 bairros existentes na cidade. Para a realização dessas ações é necessário um mapeamento da região a partir do cadastro cultural da cidade, do perfil sócio-econômico, histórico-cultural e urbanístico da RPA. São relacionados artistas, produtores, instituições que atuam na área cultural e os locais apropriados para as atividades e eventos. A partir destas informações são identificados os potenciais participantes do festival para cursos, oficinas e eventos e parceiros.

Esse processo acaba sendo discutido e decidido entre gestores e comunidade. As oficinas desenvolvidas nas RPAs – entre 14 a 28 em cada festival - são determinadas pelas comunidades. Já os educadores responsáveis por sua condução são escolhidos por uma curadoria paritária entre as gerências da Fundação de Cultura e da Secretaria de Cultura (RECIFE, 2008).

Cada edição do festival contempla entre 30 a 40 alunos no Curso de Iniciação à Produção e Gestão Cultural, com uma média de 600 alunos nas oficinas multiculturais. Além disso, o evento alcança um público de cerca de 50.000 pessoas no conjunto de mostras e eventos. Ao final de cada festival, é realizado o Mercado Multicultural, no qual acontecem apresentações culturais e são expostas e/ou comercializadas as produções das oficinas verificando uma participação de cerca de 220 expositores, estimando-se 22.000 visitantes.

O Mercado Multicultural é o momento em que os alunos das oficinas fazem a primeira exposição de trabalhos. Artistas e artesãos que não participaram das oficinas também são convidados a participar. Durante o Mercado, são realizados eventos artísticos, dentre os quais se destacam as apresentações artísticas das oficinas e de projetos dos alunos do Curso de Iniciação à Produção e Gestão Cultural. Entre 2005 e 2006 foram realizados seis Mercados Multiculturais nas RPAs, com um público de 6.600 participantes e um total de 98 apresentações artísticas. As seis edições foram realizadas no Sítio da Trindade, Teatro da UFPE, Clube Ferroviário, Pólo Pina, Parque 13 de Maio e no Largo do Mercado da Encruzilhada (RECIFE, 2008).

Destacam-se também os cursos de “Iniciação à Produção e Gestão Cultural”, “Avançado em Produção e Gestão Cultural”, “Produção e Gestão Cultural” e “Roteiro Cinematográfico”. Além deles, são realizadas diversas oficinas nas áreas de: Fotografia, Rádio, Jornal Popular, Percussão, Danças, Teatro, Artes Plásticas, Artesanato, Música, Audiovisual (vídeo e cinema), Canto, Culinária, Produção (para teatro, música, vídeo e dança), Técnica Vocal, Cabeleireiro, Poesia Escrita na Literatura de Cordel, Escrita Dramática, Contação de História, Literatura em Quadrinhos, *Design* e Confeção de Adereços.

Alguns dos temas das oficinas encontram-se ligados às temáticas nos ciclos carnavalescos, junino e natalino, principais eventos do calendário do Recife e que movimentam a economia local. Nesse sentido, as oficinas do ciclo carnavalesco propiciaram aos participantes aprendizagens sobre a História do Carnaval, História do Frevo, do Maracatu e dos Caboclinhos, bem como o saber fazer das técnicas que são empregadas na confecção de Máscaras, Adereços e Maquiagem. As oficinas do ciclo junino também tiveram como objetivo assegurar o destaque que o contexto do ciclo propicia, incorporando oficinas de dança, música e comida junina, além de oficinas de confecção das tradicionais flâmulas de São João – a oficina “Criando bandeiras” – e a que teve como objetivo a divulgação da “Vida e Obra de Luiz Gonzaga” (RECIFE, 2008).

Atrelado aos cursos e oficinas, o programa também procurou criar espaços para discussões e formulação de propostas, avaliação das atividades realizadas e planejamento de novas ações. Ocorreram seminários nas comunidades para apresentação do Programa Multicultural e suas atividades para o triênio 2006/2008. Em 2006, foi estabelecida uma parceria com o Departamento de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem como objetivo implementar ações que fortaleçam a formação cultural na cidade do Recife, através de cursos, seminários, mesas-redondas e oficinas. Intitulado “Projeto Multicultural & UFPE”, a parceria está centrada na cooperação mútua entre as duas instituições no sentido de: 1) criar uma rede de formação na área da cultura; 2) construir ferramentas teórico-metodológicas para planejar, executar e avaliar as atividades do Programa Multicultural; 3) desenvolver atividades de extensão nas áreas de produção e gestão cultural e nas diversas linguagens da arte e da cultura; e 4) potencializar a interação entre a Universidade e a sociedade, através da relação entre o fazer acadêmico e o fazer cultural das comunidades (RECIFE, 2008).

O Projeto realizou seis “seminários temáticos”: “Multiculturalidade e Gestão Pública Descentralizada”; “Economia da Cultura”; “Memória e Identidade Cultural”; “Constituição de Redes de Cultura”; “Mercado Cultural” e “Jornalismo Cultural – Painel”. Também realizou reuniões para montagem do roteiro teórico metodológico do Curso de Extensão em Produção e Gestão Cultural. Essa iniciativa faz parte das ações da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, que pretende incluir no calendário universitário programas e projetos de cunho social como: Programa UFPE & Políticas Culturais; Programa UFPE & Políticas Públicas; Programa UFPE & Movimentos Sociais; Programa Interação UFPE & Empresa; Programa Educação Inclusiva & Formação; Programa UFPE & Valorização da Extensão; e Programa Pró-Idoso.

Ressalta-se também a iniciativa de integrar os resultados do programa multicultural aos eventos estratégicos da cidade como: 1º Mostra de Turismo Internacional do Recife; Fórum Social Brasileiro; e a Feira do Empreendedor.

As Refinarias Multiculturais constituem as bases físicas onde as ações de formação técnica e artística, nos diversos segmentos culturais, possibilitam inserir a população jovem no mercado de trabalho da cultura. A localização das refinarias é definida levando em consideração fatores como: acessibilidade ao público; carência de equipamentos culturais; tradição e potencial de desenvolvimento cultural da área; índices de violência na região (que atingem principalmente a população jovem); e o papel a ser desempenhado pela refinaria como pólo de desenvolvimento urbano e dinamizador da economia local. As primeiras refinarias estão planejadas para os seguintes locais: Coque (RPA 01), Nascedouro de Peixinhos (RPA 02), Sítio Trindade (RPA 03), Parque do Caiara (RPA 04), Parque do Jequiá (RPA 5) e de Brasília Teimosa (RPA 6) (RECIFE, 2008).

Verifica-se que, até o ano de 2008, foram implementadas as Refinarias Multiculturais de Sítio Trindade e a de Nascedouro de Peixinhos. A primeira está instalada num conjunto paisagístico localizado na Estrada do Arraial, no bairro de Casa Amarela, com uma área de aproximadamente 65.000 m², que se estende até a Estrada do Encanamento, no bairro do Parnamirim. O local foi desapropriado e declarado de utilidade pública pela Prefeitura do Recife, em 1952, e tombado em 1974, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Refinaria Multicultural Sítio Trindade está em funcionamento desde o ano de 2001, quando sediou o Festival Multicultural da RPA 03. Além disso, abriga atividades como oficinas de formação e capacitação que foram realizadas durante os anos de 2005

e 2006, nas áreas de artesanato, música, educação ambiental e patrimonial, danças, artes cênicas e comunicação, que beneficiaram um total de 775 alunos. Atividades em comemorações dos ciclos natalino, carnavalesco e junino constituem os momentos de maior público na refinaria, recebendo mais de 100.000 pessoas (RECIFE, 2008).

O projeto da Refinaria Multicultural Sítio Trindade foi aprovado no Edital do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura em julho de 2007. Foi assinado um termo estabelecendo um convênio para sua construção. A refinaria tem como objetivo servir de fator estimulador do desenvolvimento de vários movimentos culturais existentes na região. O projeto está orçado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) oriundos do MinC e R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) resultantes da contrapartida da Prefeitura do Recife. Em agosto de 2007, foi liberada a primeira parcela do convênio, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (RECIFE, 2008).

A perspectiva era lançar em 2007 o edital para a construção do primeiro módulo da refinaria e, em 2009, do segundo módulo. Após a mudança de gestão, no entanto, esses prazos não foram cumpridos; a continuidade das ações que era esperada com a eleição do mesmo partido político, não aconteceu... Segundo Roberto Peixe, em entrevista a esse trabalho, a dependência de outras instâncias para a execução desse projeto somada à burocracia para a liberação das verbas, gera problemas como, por exemplo, a defasagem de orçamentos e uma demora para atualizar e aprovar esses dados. Consequentemente esse processo leva à prorrogação de prazos e à demora na agilidade da obra.

A Refinaria Multicultural Nascedouro de Peixinhos, assim como a Refinaria Sítio Trindade, também foi tombada pelo IPHAN, em 1980. Com uma área total de 8.494 m² e situada na divisa entre os municípios de Olinda e Recife, essa refinaria desempenha o papel de equipamento estratégico em função das ações a serem desenvolvidas dentro do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. A refinaria está inserida em um complexo maior de edifícios, de propriedade da Prefeitura do Recife. Estas construções são ocupadas (e compartilhadas) por diversas entidades governamentais e não governamentais, tais como: Centro Tecnológico de Cultura Digital da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco (bloco F); Centro Social Urbano da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife (bloco G); Biblioteca Multicultural da Boca do Lixo (bloco G);

Posto de Saúde da Secretaria de Saúde (bloco H); Escola Municipal Monteiro Lobato (bloco I); Espaço Poliesportivo (bloco J).

Dos onze edifícios que formaram o antigo conjunto edificado do Matadouro, datado do século XIX, quatro compõem a Refinaria Multicultural Nascedouro de Peixinhos e, destes, o Auditório/Cine-Teatro (bloco B) foi restaurado, com recursos do Prometrópole (Programa de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife – RMR), num total de R\$ 1.212.035,00 (um milhão, duzentos e doze mil e trinta e cinco reais) (RECIFE, 2008).

Em 2007, a refinaria promoveu a realização de oficinas de formação em parceria com outros órgãos da Secretaria de Cultura, entre elas: Gestão de Projetos Culturais; História da Dança Afro Brasileira – teoria e prática; Produção de Palco – holden, som e luz; Frevo e Maquiagem Artística. O galpão onde funciona o teatro tem sido utilizado para a promoção de espetáculos teatrais e shows musicais, dirigidos aos moradores das regiões circunvizinhas. Dentre as atividades realizadas, destacam-se: a apresentação da Orquestra Sinfônica do Recife; atividades da programação do Festival “SPA das Artes” (evento de artes plásticas); a Semana da Fotografia; o Festival Internacional de Dança do Recife; o Festival Recife do Teatro Nacional; o lançamento do CD da Banda Nação Zumbi; além do Ciclo Natalino (RECIFE, 2008).

Segundo Peixe, atualmente o projeto da Refinaria Nascedouro de Peixinhos está em andamento através do Programa Mais Cultura, do governo federal, que tem o objetivo de ampliar a oferta de oportunidades às populações que normalmente não têm acesso aos bens e serviços culturais. Além disso, o projeto também espera repasses de recursos do programa Prometrópole.

Já a construção da Refinaria Multicultural Parque do Caiara foi iniciada em 2007. O projeto prevê a construção básica de módulos para administração, lojas, exposições, cine-teatro, artes cênicas, artes plásticas, música, multimeios, *design*, biblioteca, centro de cultura digital, área de convivência e serviços. Tendo como proponente a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE), o projeto foi aprovado na Lei Rouanet, com um orçamento de R\$ 5.089.771,59 e patrocínio da Petrobras. Mais tarde, por conta de uma reformulação e acordo com o MinC, o valor passou para R\$ 7.359.023,88. (RECIFE, 2008). A previsão de conclusão dos primeiros módulos estava prevista para o final de 2008; porém atualmente a obra está parada devido a impasses orçamentários e negociações com moradores do local que ocupam a área de forma ilegal. A continuação das construções

das outras Refinarias Multiculturais, que, em média, vão custar dois milhões de reais cada, estão previstas nos planos da nova gestão e no plano municipal de cultura (2009/2019).

O projeto do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda²⁴ foi iniciado em agosto de 2003, com a assinatura do protocolo de cooperação técnica e financiamento entre o governo do Estado de Pernambuco e a empresa pública portuguesa Parque Expo 98 S.A.. O projeto, que integra investimentos público-privado, envolve as Prefeituras do Recife e de Olinda, o Governo de Pernambuco, o Governo Federal e Empresas Privadas. Essa iniciativa é caracterizada como projeto que visa implantar na cidade um pólo de atração e irradiação do turismo cultural. O objetivo é envolver, de forma transversal, as áreas de cultura, turismo, urbanismo, meio ambiente, tecnologia da informação, comércio, serviços e desenvolvimento econômico e social.

Através de um planejamento urbano, o Complexo Turístico visa ocupar espaços ociosos, subutilizados e revitalizar pontos degradados da cidade, caracterizados por assentamentos urbanos carentes de infra-estrutura e de baixa renda, devido à ocupação imprópria ao longo dos anos.

A implantação do projeto é feita em faixas denominadas de Zonas de Intervenção (ZI), Enquadramento (ZE) e Abrangência (ZA). [...] A ZI é a parte central da operação urbana e o diagnóstico a define como áreas 'predominantemente vazias, ociosas ou com usos passíveis de desativação' distribuídas em doze setores'. [...] A ZE é a faixa contígua, a qual o diagnóstico define como sendo uma área com características diversas que poderão no futuro ser alvo de novas operações urbanas, e ZA são as áreas de entorno, cujo papel é articular a ZI no contexto regional. (ALVES e colaboradores, 2008, p.8).

²⁴ Ver Anexo II: Briefing – Projeto Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda.



Figura 3. Mapa demonstrando as zonas [de atuação do projeto]: em amarelo Zona de Abrangência; amarelo escuro, Zona de enquadramento; vermelho, Zona de Intervenção.

(Fonte: Ministério das Cidades. Livro Recife Olinda, 2006, p.13)

O projeto do Complexo define quatro territórios (Figura 4): Olinda, Tacaruna, Recife e Brasília Teimosa. Em cada território, identificam-se núcleos que estabelecem conexões entre eles. Cada núcleo é constituído por um equipamento âncora e equipamentos secundários, a partir dos quais se pretende desenvolver um processo de requalificação urbana e de valorização cultural, estimulando o turismo cultural e as atividades comerciais e de serviços do entorno. No total, são 18 núcleos, sendo cinco no Território Olinda (Varadouro, Carmo, Ribeira, Amparo e Alto da Sé), um no Território Tacaruna (Tacaruna); nove no Território Recife (Brum, Marco Zero, Alfândega, Praça da República, Aurora, Boa Vista Casa da Cultura, São José e Cinco Pontas); e três no Território Brasília Teimosa (Brasília Teimosa, Pina e Parque dos Manguezais) (RECIFE, 2008).

A Ilha do Bairro do Recife e o Sítio Histórico de Olinda foram tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esses espaços possuem uma significativa concentração de equipamentos de grande porte, já implantados ou em implantação, voltados para cultura, lazer, eventos, comércio, tecnologia e comunicação. Eles são considerados lugares em potencial para atrair novos investimentos.



Figura 4: Áreas de abrangência do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda.

(Fonte: Projeto oficial do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda)

A proposta do Complexo Turístico vem requerendo articulação, organização e planejamento sistemáticos, a fim de integrar o conjunto de ações estratégicas, apontar as intervenções prioritárias e interagir com os programas já existentes. Além disso, não se pode furtar a atenção das diretrizes de uso e ocupação do solo, com os usos e atividades recomendados, e também dos indicativos de zoneamento e regulação.

Caracterizado como um projeto de revitalização urbana, o Complexo Turístico Cultural tem como premissa esses fatores para a atração de recursos financeiros. A proposta representa o tipo de planejamento que muitas cidades européias e norte-americanas aderiram “frente ao modelo econômico vigente, em que muitas decisões anteriormente tomadas pelo governo central passaram a ser tomadas pela municipalidade, ocasionando uma constante luta por recursos” (LEAL, 2006 apud ALVES e colaboradores, 2008, p.8). Verifica-se que, nos lugares em que esse tipo de projeto foi implantado, muitas vezes houve uma valorização da área e alta de preços dos imóveis, gerando uma expulsão dos moradores do local.

No Recife esse fato é de suma importância, visto a grande quantidade de assentamentos precários e ao defender o projeto a equipe fala em inclusão sócio-territorial através de provisão habitacional aliada a comércio e serviços, sendo que a geração de renda advém da própria implantação do projeto. Feita a defesa, as indagações... O pagamento das unidades será feito em que termos? A provisão de comércio e serviço utilizará os que já existem ou a proposta será a realocação do comércio local para essas unidades? No caso de realocação, a população tem interesse? Ou, será realizado incentivo para que um comércio em geral se instale nessas unidades? Ou mais, a população se adapta a essa tipologia? E para quais empregos essa população está capacitada? Esse parece ser o nó frágil do projeto uma que vez que quando confrontado com a realidade o discurso pode perder-se. (Alves e colaboradores, 2008, p.8).

A implantação do Complexo está prevista para daqui a 15 a 20 anos e causará transformações urbanas, tais como: 1,5 milhões de m² de área construída; 323 mil m² de área verde; 1 milhão de m² de novas vias; 30 mil vagas de m² estacionamento; 8 mil novas habitações; 30 mil novos habitantes; 510 milhões de reais de investimentos públicos e privados²⁵. Percebe-se o planejamento de uma a verticalização da cidade, decorrente da inserção de edifícios com altos gabaritos, e ocupações de áreas que anteriormente eram verdes e que serviam como respiro para a cidade. As obras, portanto, terão um impacto ambiental muito grande no local.

Outro fator a se destacar é a ocupação privada dos espaços considerados privilegiados para investimentos turísticos.

O capital imobiliário terá com a implantação do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda regiões disponíveis, como Cais Estelita e Tacaruna de propriedade da marinha e que são altamente rentáveis devido à paisagem natural, infra-estrutura e comércio existente. (LEAL, 2006 apud ALVES e colaboradores, 2008, p.9).

Mesmo com investimentos públicos superiores aos privados, o que entra em discussão nesse projeto, em relação aos recursos, são os impactos gerados por ele e quanto isso irá reverter em benefício para a população. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de critérios públicos para o usufruto dessas áreas na garantia de contrapartidas justas para a sociedade.

Vale ressaltar que o projeto tem hoje o maior volume de investimentos públicos e privados na cidade, que giram em torno de R\$1.297.094.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões e noventa e quatro mil reais) (Tabela 3). Este valor supera grandes programas e projetos governamentais que já atuam nesta área: Monumenta, Porto Digital, Prometrópole, Via Mangue, Capibaribe Melhor, Prodetur, Habitar Brasil/BID, Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Programa de Habitação de Interesse Social.

²⁵ Dados retirados de RECIFE e OLINDA (2007, p.39).

Tabela 3. Orçamento Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda.

(Fonte: Projeto oficial do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda)

COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL RECIFE/OLINDA	
TOTAL DE INVESTIMENTOS	
Total de ações concluídas	143.170.000,00
Total de ações em andamento	247.965.000,00
Total de ações previstas	905.959.000,00
TOTAL DO COMPLEXO RECIFE/OLINDA	1.297.094.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS	
Total de investimentos públicos	909.199.000,00
Total de investimentos privados	151.150.000,00
Total de investimentos públicos / privados	236.745.000,00
TOTAL DO COMPLEXO RECIFE/OLINDA	1.297.094.000,00

Observa-se que os desafios também estão em como identificar e possibilitar a regulação pública a modelos de gestão privada. No entanto, há saídas para o estabelecimento de organizações civis para o acompanhamento dessas práticas.

[...] para a implementação do projeto, se estabelece um instrumento jurídico e legal que funciona como Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que reúne todas as entidades públicas que passam a agregar a propriedade dos terrenos das intervenções, gerenciando assim perante o Poder Público a implantação do projeto. Porém, na formulação do modelo econômico considera-se essencial a criação da Sociedade Implementadora, que engloba a OS e pode assumir a forma de sociedade anônima, que passa a ser responsável por si ou por terceiros pela realização da intervenção programada. (Alves e colaboradores, 2008, p.9).

Percebe-se, portanto, que é inegável o papel importante desse projeto para sanar problemas urbanísticos, econômicos e sociais da cidade, porém, chama-se a atenção para a separação do “joio do trigo”, caracterizado como público-privado. Esse projeto tem como foco a questão econômica (apesar do discurso pautado nas questões de inclusão sócio-territorial), portanto, torna-se imprescindível a atenção para o interesse público e a parte que lhe cabe.

3.3.4 Instrumentos, meios e recursos acionados

A cidade do Recife localiza-se numa área de 217, 494 km², possui uma população de 1,55 milhões de pessoas e, em 2005, registrou um PIB de R\$ R\$ 16,6 bilhões, com um PIB *per capita* de R\$ 8,0 mil. Dois terços da renda da cidade (PIB) são provenientes do comércio e serviços. Dentre os grandes projetos que Recife abriga, destaca-se o projeto do Complexo Industrial e Portuário de Suape, que permite acesso portuário a mais de 70 empresas e tem representado investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Além disso, prevê incentivos fiscais às empresas, oferecidos pelo governo estadual e municipal, com o objetivo de estimular a geração de empregos e incrementar a economia regional.

Segundo dados do IBGE, na área da cultura, Recife é a segunda cidade com maior percentual investido no setor. Essa prioridade traçada pelo município fez com que o orçamento da cultura crescesse significativamente ao longo dos anos, atingindo sua máxima em 2007, com cerca de 3,94%, quase quatro vezes a mais que a média nacional, que gira em torno de 1% (Gráficos 1 e 2).

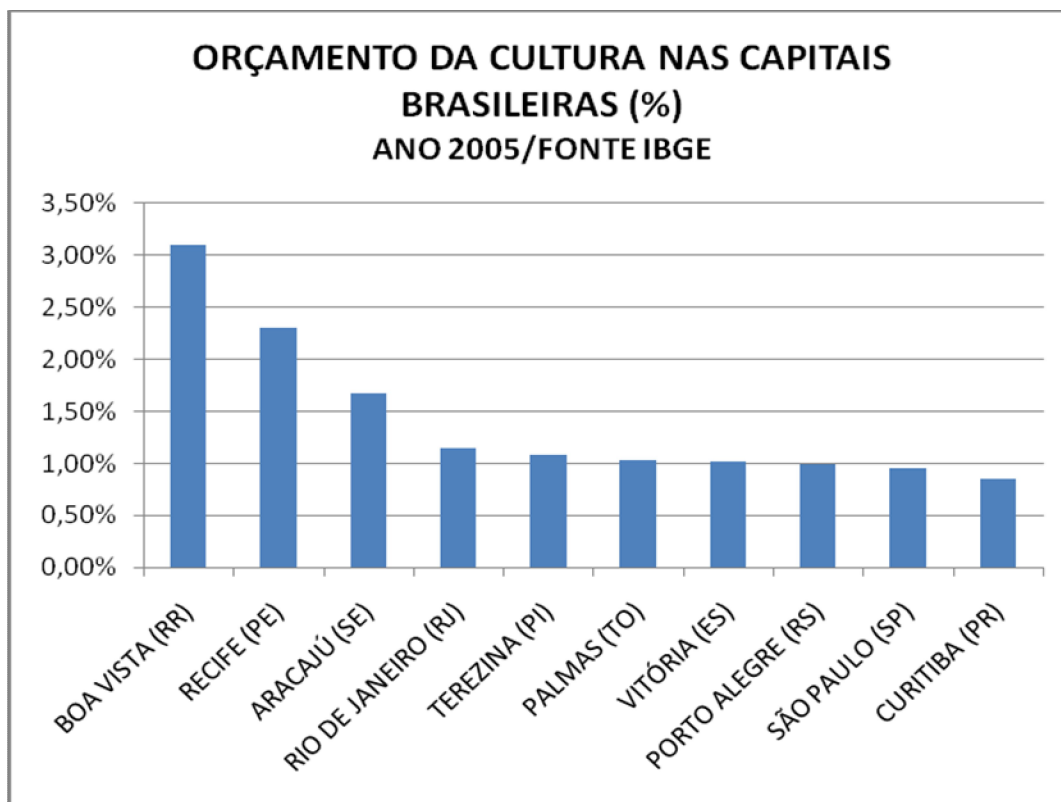


Gráfico 1. Orçamento da Cultura nas capitais brasileiras.

(Fonte: IBGE/ Relatório de Gestão da Secretaria de Cultura do Recife 2001-2008)



Gráfico 2. Evolução do orçamento da Cultura no Recife 2001-2008.

(Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Cultura do Recife 2001-2008)

A valorização da cultura local faz com que a cidade tenha grande reconhecimento e valor simbólico nesta área, destacando-se, principalmente, os investimentos massivos em eventos como Carnaval e São João. Em 2007, os investimentos no ciclo carnavalesco aumentaram. Fora as aplicações diretas da prefeitura, a Secult captou 4,25 milhões de reais destinados ao Carnaval dito multicultural, que integra programação gratuita de diferentes estilos musicais (rock, MPB, frevo, maracatu, reggae, coco, samba, ciranda, caboclinho, etc.).

No pólo principal e pólos descentralizados, foram contabilizadas cerca de 3 mil apresentações pelas ruas, 430 agremiações carnavalescas e mais de 180 shows. A cidade recebeu cerca de 500 mil turistas, contribuindo para um empreendimento que gera investimentos locais e muitos lucros também. As ações da prefeitura, em conjunto com patrocinadores e convênios, muitas vezes se equilibram no montante total necessário para a realização do festejo mais oneroso da cidade. Segundo estatísticas do IBGE, em 2005, os gastos *per capita* com cultura no Recife somaram cerca de R\$ 21,83, ficando atrás de Boa Vista (RR), com R\$ 30,51, que ocupa o primeiro lugar no *ranking nacional*.

O Sistema de Incentivo à Cultura do Recife (Lei nº 16.215/96) é constituído pelo Mecenato e pelo Fundo Municipal de Cultura. Anualmente, são selecionados pelo Mecenato, através de Edital Público, projetos culturais dos segmentos de Música, Artes

Cênicas (Teatro, Circo, Ópera, Dança, Mímica e Congêneres), Fotografia, Cinema e Vídeo, Literatura (incluindo cordel), Artes Gráficas e Artes Plásticas, Artesanato e Folclore, Pesquisa Cultural, Patrimônio Histórico e Patrimônio Artístico. Verifica-se que, mesmo com a diversidade das áreas contempladas pela lei de incentivo, as críticas ao sistema se referem à concentração de recursos em áreas específicas.

Em 2007, a Secretaria de Cultura do Recife, através do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), distribuiu um total de R\$ 329.947,48 entre 11 projetos ligados à área de música. Os projetos aprovados no edital anterior eram quase todos para a gravação de CDs, com exceção do festival de música clássica “Virtuosi”. Logo após a área de música, está o teatro, com dez projetos aprovados. No total, todos os aprovados somaram R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Deste valor, cerca de 77,8% são destinados para Música, Artes Cênicas e Audiovisual (RECIFE, 2008).

Verifica-se que essas áreas são responsáveis pela maior parte das somas e projetos aprovados pelo sistema (NOGUEIRA, 2007). Segundo Peixe, a gestão na área da cultura não é tão exata, sendo que os critérios de nivelamento também não podem ser os mesmos como os critérios adotados em outras áreas, por exemplo.

[...] não se pode padronizar todas as áreas, cultura é algo que tem uma flexibilidade muito grande, então não teríamos como ter todos os discos ou obras de arte feitas com o mesmo valor. A garantia que a Prefeitura pode dar é estabelecer um limite de R\$ 50 mil por projeto. Um projeto diferenciado requer um custo diferenciado por ser tecnicamente diferente, não temos como estabelecer critérios para isso. (NOGUEIRA, 2007).

O Fundo Municipal de Cultura, previsto no Sistema de Incentivo à Cultura do Recife, encontra-se inativo; porém, segundo o relatório de gestão 2008, em processo de regulamentação para a implementação. Em entrevista concedida, Roberto Peixe explica que, por questões políticas, o fundo de cultura não foi implantado, entendendo-se que a lei municipal de incentivo à cultura já ocupava o papel que o fundo poderia ter e considerando-se por hora desnecessária a atuação deste.

Percebe-se que esta questão não se apresenta tão simples. Há descompassos no estabelecimento dessa medida no momento em que se observa, por exemplo, a ausência de incentivos mais diretos para o desenvolvimento de grupos culturais tradicionais, que não estão aptos às estratégias de captação de recursos exigidas pela lei municipal de incentivo.

Os grupos que trabalham com cultura popular deveriam se especializar para não depender tanto da figura de um mediador ou de um produtor cultural. É uma necessidade e um desafio que deve ser encarado e superado ainda. Acho importante ampliar programas como o FUNCULTURA (Fundo de

Cultura do Estado de Pernambuco) porque o beneficiado recebe o dinheiro diretamente e não depende de captação de recursos. Apesar de ser do local e achar que ainda há muito que melhorar, reconheço que existe um esforço e um trabalho de valorização da cultura, e uma ampliação dos recursos para a área. (Informação Verbal)²⁶.

Apesar das iniciativas e avanços na área da cultura no Recife, percebe-se que a cidade ainda enfrenta desafios com relação à consolidação do modelo de política pública adotado.

Como já foi dito, o orçamento de cultura da cidade vem de recursos da SECULT e da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, sendo que o orçamento da fundação é três vezes maior que o da secretaria, que atua majoritariamente como órgão articulador e representativo do setor. Grande parte do orçamento da cultura é aplicada nas ações que são consideradas Políticas Setoriais, que englobam articulação com os equipamentos culturais da cidade. Os temas são distribuídos nas seguintes áreas: Música, Artes Cênicas, Literatura e Bibliotecas, Audiovisual, Artes Visuais, *Design*, Artesanato, Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Cultura Afro-Brasileira.

Segundo a Secult, anualmente, o SIC acrescenta cerca de 2% nos recursos do orçamento da cultura, e os patrocínios e convênios, em torno de 10% do orçamento da Secretaria de Cultura. Além disso, observa-se que há investimentos de outros órgãos da prefeitura nas ações incentivadas pelo setor, como: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental – investimento nas obras de preservação da memória urbana e no Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda; Secretaria de Turismo – realização de eventos; Secretaria de Serviços Públicos e Empresa de Urbanização do Recife (URB) – apoio a eventos; Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – realização de atividades culturais; Secretaria de Gestão Estratégica e Comunicação – ações de divulgação da programação cultural.

3.3.5 Participação da sociedade

Alinhada com as discussões e políticas culturais nacionais, a cidade do Recife, sob a gestão de João Paulo à frente da prefeitura e de Roberto Peixe na Secult (2001-

²⁶ Informação fornecida por Márcia Mansur (aluna de Mestrado em Antropologia da UFPE e produtora cultural) em entrevista concedida para este trabalho na ocasião da pesquisa de campo deste trabalho, em Recife, em março de 2009.

2008), teve duas gestões para repensar o papel da cultura na cidade e implantar ações articuladoras e estruturantes que dessem suporte e retorno a sociedade. A cidade do Recife configura-se como um espaço de conflitos e resistências com problemas sociais e urbanísticos que interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas.

A busca pelo exercício da cidadania ativa envolve uma disputa de poder. Isto significa “enfrentamentos” difíceis em momentos de ação para garantir novos espaços institucionais de participação no processo de intervenção nesta realidade, um enfrentamento em que estão presentes, de um lado, as tendências verticalizantes e históricas e de outro a possibilidade de um diálogo aberto com todos os envolvidos. É desta forma que a participação constitui-se um desafio na prática, uma vez que sinaliza para um processo de construção permanente. (MELO, 2005, p. 17).

Das ações implementadas, configuram-se como de participação da sociedade, o Conselho Municipal de Política Cultural, Fóruns Permanentes de Cultura, Plenária e Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo e Conferência Municipal de Cultura.

O Conselho Municipal de Cultura constitui um dos pilares do Sistema Nacional de Cultura e tem como objetivo garantir a participação da sociedade na definição das políticas públicas de cultura e o controle social dos recursos destinados aos programas, projetos e ações culturais, no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União. É considerado um órgão importante na institucionalização da relação entre a administração pública e os setores da sociedade civil ligados à cultura, participando da elaboração e do acompanhamento da política cultural. As mudanças no Conselho Municipal de Cultura do Recife iniciaram-se no ano de 2001, com a renovação da sua composição, quando 16 dos seus 18 membros (titulares e suplentes) foram mudados.

As mudanças foram efetivadas em 2005, com a aprovação pela Câmara de Vereadores do Recife da Lei Nº 17.105/2005 que reestruturou o antigo Conselho Municipal de Cultura, que passou a denominar-se Conselho Municipal de Política Cultural. A reformulação do conselho não foi só no nome para marcar a nova gestão, mas também passou pela renovação de todo o quadro de integrantes que já faziam parte desde a gestão anterior e que, inicialmente, opuseram-se a deixarem seus lugares. Segundo Fernando Duarte, presidente da FCCR nas duas gestões, essas transformações foram importantes para renovar o conselho e para o alinhamento da política cultural implementada do município, já que os objetivos almejados não condiziam mais com os da gestão passada.

O conselho possui composição paritária e foi ampliada dos nove membros do antigo conselho (existente desde o ano de 1971), para 40 participantes, sendo 20 representantes do poder público e 20 da sociedade civil. Desses, dois integrantes a mais incorporam o fórum de Ciclos Culturais. Diferente do antigo conselho, em que todos os membros eram indicados pelo executivo municipal, agora os representantes da Sociedade Civil são eleitos diretamente pelos componentes dos 19 fóruns permanentes, contemplando dez segmentos culturais, produtores culturais, trabalhadores da cultura, instituições culturais não-governamentais, fórum temático de cultura do orçamento participativo e as seis regiões político-administrativas da cidade do Recife.

A representação do Poder Público é composta por cargos de diferentes áreas da administração. Sintonizado com o Sistema Nacional de Cultura, abrange três níveis da federação com quatro representantes do Governo Federal, um do Governo do Estado de Pernambuco, 13 de secretarias da prefeitura do Recife e duas da câmara de vereadores. Os 40 membros do conselho ficam distribuídos em seis câmaras: Formação Cultural; Economia da Cultura; Patrimônio Cultural e Arquitetura; Cultura Popular; Artes Visuais, *Design* e Artesanato; Audiovisual, Artes Cênicas, Literatura e Música (RECIFE, 2008).

Os Fóruns Permanentes de Cultura foram institucionalizados junto com a lei que criou o Conselho Municipal de Política Cultural e têm como função atuar em conjunto com o conselho na deliberação e avaliação das políticas e ações culturais do município e na formulação de políticas culturais específicas, para as Regiões Político-Administrativas (RPAs) e segmentos culturais que representam. Os Fóruns têm a participação de pessoas de diferentes áreas da cultura como criadores e produtores, além dos cidadãos, usuários e consumidores de bens e serviços culturais. As discussões passam tanto pelas questões específicas, quanto às do contexto da cidade como um todo. Previamente definidos pela Lei Nº 17.105/2005, esses espaços de discussão são baseadas nos temas e no Regimento Interno do Conselho.

Dessa forma, os Fóruns funcionam como órgãos de apoio ao funcionamento do conselho, assessorando-o nas discussões relativas aos temas de interesse específico de cada segmento cultural ou região da cidade. O conselho conta com os seguintes Fóruns Permanentes: Artes Visuais; Design; Artesanato; Patrimônio e Arquitetura; Audiovisual; Literatura; Música; Artes Cênicas; Ciclos Culturais (Carnaval, São João e Natal); Produtores Culturais; Trabalhadores da Cultura; Instituições Culturais Não-

Governamentais; Regiões Político-Administrativas – RPAs (06 Fóruns), além do Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo (RECIFE, 2008).

Uma das Plenárias Temáticas do Orçamento Participativo, a Plenária de Cultura, reúne artistas e produtores, representantes de organizações dos movimentos sociais e moradores da cidade que tenham interesse na política cultural. A Plenária tem como objetivo escolher as prioridades de ação para a gestão municipal da cultura e também indica os delegados que participam do Fórum Temático de Cultura no Orçamento Participativo. Composto atualmente por 100 delegados e com direito a um representante no Conselho Municipal de Política Cultural, o Fórum tem como tarefa principal coordenar e fiscalizar a execução do plano de investimentos e das políticas públicas desenvolvidas na área da cultura. Para o exercício de 2008, a Plenária Temática de Cultura indicou as seguintes ações prioritárias:

1. Valorização da Cultura – através do desenvolvimento de programas, projetos e ações e da consolidação do Programa Multicultural, com a continuidade do Festival e do Mercado, além da implementação da Rede de Refinarias Multiculturais.

2. Cultura como Vetor de Desenvolvimento – através do apoio à realização dos eventos do Calendário Cultural da cidade do Recife.

3. Formação Cultural – através da capacitação de produtores e artistas locais e do fortalecimento do Programa Multicultural com o plano de formação cultural (RECIFE, 2008).

Com o objetivo de ampliar o debate de forma democrática, uma conferência de cultura busca integrar todos os cidadãos que fazem a cultura, abordando desde as necessidades imediatas até as idéias de ações a médio e longo prazo. A I Conferência de Cultura do Recife foi realizada em 2003, com o título “Recife Capital Multicultural” e teve como participantes um diversificado leque: delegados representantes dos órgãos e entidade governamentais; delegados representantes dos conselhos de cultura estadual e municipal; delegados eleitos nas pré-conferências; artistas e produtores culturais; representantes dos poderes executivos, judiciário estadual, legislativo, ministério público estadual; e demais interessados nas questões culturais da cidade.

Em outubro de 2005, realizou-se a II Conferência de Cultura do Recife, que teve como tema “Recife Cidade Multicultural: Construindo Políticas Públicas de Cultura”. Durante quatro dias, contou-se com a participação de 356 delegados, sendo 151 das RPAs e 205 de 12 segmentos culturais, todos eleitos nas pré-conferências. O público elaborou propostas e recomendações que orientaram a definição da política cultural do

município e a atuação da Secretaria de Cultura. A III Conferência de Cultura do Recife foi realizada em dezembro 2007 e contou com 179 participantes, sendo 142 delegados, 21 observadores e 16 convidados.

A realização das conferências municipais faz parte do processo de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, que busca construir uma política nacional que crie canais de participação da sociedade (RECIFE, 2008). Percebe-se a ocorrência de um decréscimo entre os números de participantes ao longo das conferências realizadas. Além disso, verifica-se a dificuldade do estabelecimento de uma nova cultura política de participação, já que, durante anos, a função de deliberação e decisão das ações implementadas ficaram a cargo apenas dos governantes, configurando-se como democracia sem participação, com uma via de mão única. Segundo Roberto Peixe, apesar dos esforços somados na busca da consolidação dessas estruturas participativas, isso ainda é um desafio a ser superado. No entanto, ainda na opinião dele, o que realmente é levado em consideração é a qualidade e o avanço dos debates estabelecidos nesses espaços.

Em 2008, o Conselho Municipal de Política Cultural elaborou, a partir das diretrizes e prioridades definidas na III Conferência de Cultura do Recife, um plano municipal de cultura para a cidade, com duração de dez anos (2009 a 2019). O plano visa estruturar as políticas públicas de cultura para a cidade, através de propostas articuladas em longo prazo, garantindo a continuidade de projetos e planos atuais e incorporando diversos campos e dimensões. Ele apresenta 20 diretrizes gerais, 120 programas e ações, distribuídos em cinco programas estratégicos: Diversidade, descentralização e direitos culturais; Economia da cultura; Patrimônio cultural e arquitetura; Formação e intercâmbio cultural; e Gestão pública da cultura. Apesar de ter sido concluído e aprovado pelo conselho de cultura da cidade, o plano ainda tramita na câmara dos vereadores para aprovação. A intenção é transformá-lo em lei municipal, para que deixe de ser uma política de governo e torne-se política de Estado.

As questões que envolvem tal aprovação não são tão simples e passam pela avaliação do documento, que não se apresenta tão consistente como parece. Observa-se que, na primeira metade do documento (40 páginas), há uma série de repetições de números enaltecendo e elogios aos oito anos de gestão da cultura. Já na segunda metade, depois de várias reiteraões de trechos como: “a Prefeitura do Recife é a que, hoje, proporcionalmente mais investe na cultura em todo o país”, chega-se às diretrizes. Segundo o jornalista Paulo Rebêlo, do Diário de Pernambuco:

[...] são boas propostas, discutidas e consolidadas nos últimos anos, mas boa parte já foi anunciada, divulgada e até mesmo inaugurada ‘oficialmente’ (ex.: rádio Frei Caneca), sem nunca sair do papel. As propostas que são contempladas em cinco programas estratégicos são bem vistas com propostas consistentes e benéficas para o município como, por exemplo, a exibição de vídeos e curta-metragens locais, antes da exibição de filmes nas salas de cinema da cidade; parcerias com rádios comunitárias; alteração na Lei de Incentivo à Cultura; regulamentação e implementação do Fundo Municipal de Cultura; e principalmente a garantia de uma porcentagem fixa no orçamento da prefeitura para o setor, como ocorre com a Saúde e a Educação. (REBÊLO, 2009).

O plano é uma réplica do planejamento estratégico elaborado para os oito anos de gestão, onde muitas ações não foram executadas devido a sua amplitude.

Parte delas poderia ter sido executada e, outra parte, não depende da Secretaria da Cultura e nem de um Plano Municipal convertido em lei. São desafios atemporais pelos quais, antes de sequer falar em cultura, passam por variáveis bem maiores dentro de uma gestão. Envolve transparência no gasto público e divulgação de quem faz o quê e para quem. Com a “crise financeira internacional” de argumento para o corte de verbas e patrocínios, o PMC pode engrenar uma saudável discussão pública ou transformar-se em outro elefante branco que já nasce defasado. (REBÊLO, 2009).

As críticas ao plano fazem referência não só à exacerbação no discurso político sobre as ações planejadas, mas também ao posicionamento estratégico de marcar a gestão em curso com feitos grandiosos e reformistas.

Com este plano, o Recife segue a sua trajetória histórica de vanguarda política e cultural, devendo ser uma das primeiras cidades do país a ter um Plano Municipal de Cultura aprovado por sua Câmara de Vereadores. A capital pernambucana segue o caminho de outras cidades do mundo, como Barcelona e Buenos Aires, com as quais tem mantido uma relação de cooperação e que já têm uma tradição de planejar estrategicamente a gestão da cultura. As experiências destas cidades foram referenciais importantes na formulação do documento. (SECULT, 2008).

Promover políticas públicas dentro de uma sociedade organizada significa promover ações mais ágeis, viáveis e democráticas. Apesar das ações existentes e executadas pela FCCR, percebe-se que, na primeira gestão da Secult (2001-2004), seus dirigentes focaram-se em reestruturar e planejar o setor, tendo a possibilidade de expansão e promoção de ações mais articuladas na segunda gestão (2005-2008). Desta forma, obtiveram um saldo que possivelmente não teria sido tão relevante em apenas quatro anos.

Mesmo com o histórico de interesse e mobilização local em defesa da preservação e fomento das tradições e atividades culturais, ao incorporar mudanças à estrutura do setor cultural convidando a sociedade a participar desse processo, a cidade do Recife criou desafios. Estes encontram-se em estabelecer uma cultura de efetiva

participação e interesse público, pelas discussões de viabilização das atividades culturais e pelas políticas culturais a serem implementadas, que, infelizmente, ainda são muito restritas a produtores e gestores culturais.

4. Convergências e distanciamentos: Fundação Gregório de Mattos e Secretaria de Cultura do Recife

As cidades de Salvador e Recife trazem como marca dos respectivos governos, no período de 2005 a 2008, o legado do processo de democratização nacional do final da década de 70 e início dos anos 80. A agenda da política municipal de capitais e grandes cidades, a partir de gestores, políticos e sociedade civil, constatava a falência de um modelo centralizado de infra-estrutura urbana. Isso gerava uma demanda crescente por modelos mais democráticos e descentralizados, que compusessem a organização das cidades e causassem impactos no âmbito social. O processo exigia, portanto, maior agilidade e articulação por parte dos governos locais, além de processos de participação e controle social.

A participação social no processo de administração municipal é contemplada na Constituição de 1988 e regulamentada por leis complementares que prevêm o estabelecimento de conselhos deliberativos no que tange à descentralização das políticas sociais [...]. Experiências já bastante conhecidas e muito difundidas, como orçamento participativo, mutirões habitacionais, fóruns de cidade e conselhos municipais, são exemplos de ativismo democrático na gestão local. (FERNANDES, 2004, p 2).

O resgate do discurso enaltecendo o campo social passa a compor ambas as políticas dos governos de Salvador e Recife, através de *slogans* como “Prefeitura de Participação Popular” e “A Grande Obra é Cuidar das Pessoas”, respectivamente. É seguindo esta linha que esses municípios tentam implantar projetos e políticas voltadas para a cultura, porém com resultados diferentes em cada cidade. O ano de 2005 caracterizou-se como um momento de mudança política para a capital soteropolitana, que elegeu um governo de oposição às forças conservadoras do grupo carlista. Eleito com mais de 70% dos votos, o prefeito João Henrique teve como bandeira na candidatura a participação popular. No Recife, o partido de esquerda governava pela segunda vez consecutiva, tendo a oportunidade de por em prática as propostas iniciais de mudança social.

O desafio de implantar políticas públicas de cultura em âmbito municipal requer das cidades o esforço de vencer o abismo que existe entre a formulação e a execução de políticas públicas. Vale ressaltar a diferença entre os tempos de gestão, que em Salvador durou quatro anos e no Recife, oito. A adoção de modelos democratizantes e ações descentralizadas na esfera municipal demonstram ser uma preocupação dos governos em estabelecer ações transformadoras, que, na maioria das vezes, são verificadas em

longo prazo. Este aspecto é importante e se torna um empecilho para os que querem resultados mais imediatos.

Além disso, esses modelos configuram-se como iniciativas de caráter perene que buscam se conectar com o local e o global, promovendo articulações em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, e viabilizando o que se pode chamar de uma “nova cultura política”. Tal cultura verifica-se como o processo de mudança de postura política da sociedade civil, a qual é convocada a fazer parte dessa iniciativa. A defesa dos próprios direitos através da participação e engajamento em espaços de discussões e deliberação política é um pressuposto fundamental para a constituição de uma política pública.

Analisar experiências como as de Salvador e Recife na área da cultura significa observar como esses locais lidam com a cultura e com os debates globais lançados para o setor, a partir de contextos históricos e tradições que se assemelham, embora sejam distintos. Através desses questionamentos busca-se verificar proximidades e distanciamentos entre os objetos de estudo.

Esta avaliação pode servir de amostragem para outras realidades similares a essas, que foram submetidas nas últimas seis décadas, a grandes transformações urbanas devido a deslocamentos populacionais e, conseqüentemente, a geração de problemas sociais que impactam diretamente na qualidade de vida da sociedade.

O direito à cidade inclui moradia, bairro equipado materialmente e valorizado socialmente, articulação com o conjunto da cidade, dispondo de acesso fácil às suas centralidades, possibilidades de emprego e de formação adequada e igualdade política e jurídica de todos os habitantes. O exercício deste direito pode requerer políticas de discriminação positiva, e valorização cultural, para aqueles bairros ou grupos em situação de marginalização por razões econômicas, sociais ou culturais. (Reunião regional europeia da Conferência de Hábítat II, Madrid, 1995 apud VETRALE e colaboradores, 2002, p. 67).

A implantação de ações renovadoras só pode ser viabilizada quando se tem propostas, projetos, vontade política, além de estrutura administrativa organizada - com políticas estratégicas definidas e apoiadas numa realidade orçamentária satisfatória e consolidada. Percebe-se que, no caso da cidade de Salvador, tal conjunto não se verifica apesar da gestão de Paulo Lima atrelar uma visão ampla de cultura à intenção de buscar maior articulação com as discussões nacionais na área de políticas públicas para o setor.

A Fundação Gregório de Mattos (FGM) encontra-se em desvantagem com relação ao posicionamento político instável do governo local a respeito das políticas culturais do município. Esse aspecto inviabiliza, por exemplo, a elaboração de

estratégias e planejamento de cultura para a cidade, que sejam continuados e operem mudanças efetivas. Além disso, a fundação conta com um orçamento insuficiente para atender a maioria das demandas que a cidade possui. Segundo dados do IBGE, em 2005, a média de recursos destinados para o setor da cultura na cidade foi de 0,20% do orçamento do município. Esses números não só indicam uma fragilidade da cultura no planejamento estratégico da política de governo em Salvador, como também a não incorporação da cultura ao projeto político de governo da cidade.

Verifica-se que há um enfraquecimento da FGM por um posicionamento da administração central da cidade, já que o foco dos investimentos concentra-se no turismo, visto como grande alavanca para a cidade (KAUARK, 2004). Tal postura foi neutralizando e limitando as ações da Fundação, que impunha amarras a qualquer gestor que viesse assumir o cargo de dirigente da instituição.

Segundo Bernardo Machado (2000), há dois conceitos de política cultural. A política de cultura de Salvador, no período analisado, encontra-se num processo de transição entre as duas dimensões propostas: uma Política Governamental de Cultura (PGC) – cuja prioridade gira em torno dos eventos, com ações realizáveis no prazo da gestão governamental, visando à promoção do governo e com baixa participação da comunidade – e a Política Pública de Cultura (PPC), que se preocupa com:

[...] o maior ou menor conhecimento cultural do território governado; a identificação das demandas e carências culturais da população; a preocupação com a formação técnica dos servidores dos órgãos públicos de cultura; a informação atualizada sobre os custos que envolvem a produção cultural; o equilíbrio entre os investimentos feitos nos eventos e na prestação de serviços culturais permanentes; a maior ou menor participação da população na elaboração dos planos, definição dos orçamentos, realização e avaliação dos programas e projetos. (MACHADO, 2000, p.53).

Já na cidade do Recife, a cultura foi colocada como fator estratégico pelo governo local. Esta atitude gerou uma reformulação da administração do setor com a implantação da Secretaria de Cultura, a fim de ampliar a atuação cultural na cidade, além de captar e gerenciar mais recursos. Apesar das mudanças estruturais, percebe-se que a formulação do planejamento estratégico e aplicação deste foram realizadas no período de oito anos (2001 a 2008) sendo que no tempo de uma gestão (período analisado de 2005 a 2008) seria insuficiente para reformulação, revisão e aplicação de ações e políticas públicas planejadas, já que geralmente esse processo de planejamento demanda tempo para ser aprovado e implantado.

Recife teve um crescimento expressivo no orçamento destinado à cultura. Segundo o IBGE, em 2005, cerca de 2,3% da renda orçamentária municipal era destinada ao setor, ficando acima da média nacional, que tem um percentual próximo de 1%. No ranking das capitais brasileiras, Recife está a 22 posições acima de Salvador, ocupando o segundo lugar entre os municípios com maior percentual de investimento no setor, perdendo apenas para Boa Vista (RR), com 3,1%.

A gestão do secretário de cultura Roberto Peixe possui iniciativas voltadas para a implantação de políticas públicas que, não só se adéquam às novas tendências e políticas iniciadas em âmbito nacional, mas que prevalecem mesmo com a vinda de novos governos. Configurando-se como um caminho a ser trilhado, o plano de cultura (2009-2019) prevê ações contínuas desse processo, porém ainda não foi aprovado pela Câmara Municipal.

Verifica-se que, entre as ações planejadas nas duas cidades, mesmo que por motivos diferentes, ambas não implantaram um fundo municipal de cultura. Esta ausência impacta diretamente no orçamento do setor, que, até então, não apresenta garantia de um percentual mínimo fixado para seu suporte financeiro.

Apesar da grande movimentação cultural existente nas duas capitais, observa-se que as diferenças entre as políticas culturais adotadas por ambas não se encontram apenas no montante arrecadado para o setor em cada cidade. O processo político histórico que guiou as prioridades estabelecidas pelas organizações culturais é um elemento fundamental que impacta até hoje nas estruturas existentes.

Não se deve, no entanto, descartar os esforços dos governos que estiveram presentes nos anos de 2005 a 2008. No caso de Salvador, configura-se como a primeira tentativa articulada da Fundação Gregório de Mattos em estabelecer um diálogo com a sociedade soteropolitana, buscando se inserir nas discussões nacionais. Observa-se que, na gestão de Paulo Lima, apesar da maioria das ações serem voltadas para projetos e alguns eventos de caráter de permanência, são iniciativas diferentes das realizadas em gestões anteriores e fazem parte de uma tentativa de dialogar com a sociedade voltando-se para as necessidades desta. Apesar disso, propostas como o edital do Vivacultura e as Conferências Municipais de Cultura, que poderiam ser continuadas, no intuito de buscar uma articulação maior com as produções locais e com a população, não foram extintas, mas estão postergadas, segundo o gabinete do atual presidente da FGM, Antônio Lins.

Além disso, percebe-se uma mudança de postura da FGM em relação a um pensamento crítico quanto às próprias limitações. Posicionamento este que se identifica

na fala de Paulo Lima em entrevista a esse trabalho, quando admite a insuficiência de recursos e de estrutura da FGM para atender tantas demandas de uma cidade tão grande e complexa como Salvador.

No Recife, a cultura é tida como uma das áreas prioritária do governo. O que se percebe é um investimento significativo no setor da cultura, que se configura tanto através de aportes financeiros, quanto como um agente estratégico de articulação e de desenvolvimento humano. Além disso, na segunda gestão (2005 a 2008) houve uma continuidade das ações implementadas de cunho participativo e paritário, bem como as ações realizadas em âmbito nacional. As principais ações planejadas estabelecidas pelo governo na área da cultura foram: Sistema Municipal de Cultura que engloba, por exemplo, o Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Sistema de Incentivo à Cultura e Sistema Municipal de Informações Culturais, além de projetos como as Refinarias Multiculturais e o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda.

Mesmo com resultados distintos na avaliação, percebe-se que ambos os municípios pretendiam aderir às formulações previstas em âmbito nacional para área da cultura, que englobam políticas com participação paritária, através da implantação de conselhos e conferências de cultura. Em Salvador, das ações planejadas que integravam a participação social, foi verificada a realização da primeira (2005) e da segunda (2007) Conferência Municipal de Cultura, ambas se mostraram relevantes para articular a sociedade civil nas discussões dos problemas que atingem a cidade e na implantação de iniciativas como o a lei de incentivo a cultura e o mapeamento cultural da cidade, por exemplo.

. A ausência de uma ampla estrutura que atenda às demandas do setor da cultura da cidade acaba invalidando mobilizações como esta, que dependem de uma articulação para que as resoluções previstas sejam postas em prática.

Na capital pernambucana, o Conselho Municipal de Cultura já existia, porém foi totalmente reformulado aos moldes da proposta do governo vigente. Realizadas bianualmente, as conferências municipais de cultura somaram um total de três (2003, 2005, 2007). De um evento para outro, verificaram-se significantes quedas de *quorum*, principalmente entre os delegados, que, de 2005 para 2007, foram 100 a menos. O que se percebe é o reflexo de uma cultura de participação que ainda não está consolidada na cidade, mesmo com os incentivos da gestão municipal em dialogar com a sociedade.

No balanço da gestão dessas estruturas, durante o período analisado, identifica-se que planejamentos, concepções de cultura e política culturais se confrontam com difíceis desafios, nas ordens política, financeira, administrativa e/ou social. Assim, o âmbito das políticas públicas culturais do município demanda atenção para questões amplas e profundas do contexto histórico, que podem continuar latentes entre os governos que se seguem.

Conclusão

O lugar estratégico que a cultura ocupa hoje nas esferas de poder (municipal, estadual e nacional) vem, principalmente, da valorização da cidade como um espaço social, simbólico, lugar de diversidade cultural e de diferenças. A cidade é o cenário onde se afirmam e se reinventam as identidades, ambiente de conflitos e de constantes negociações. Esse conjunto de características respalda os municípios como verdadeiros espaços culturais vivos, que funcionam como os principais agentes de estímulo a formulações de políticas públicas de cultura em prol de reformas e transformações sociais e econômicas.

É a partir dessa concepção de cidade que este trabalho estabelece análises no contexto das cidades de Salvador e Recife. De acordo com as informações encontradas e conexões estabelecidas, pode-se concluir em relação a aspectos como a liderança política local que as duas cidades apresentam realidades, posicionamento e prioridades diferentes. Em Salvador, o fato do setor cultural encontrar dificuldades em elaborar formulações e definir um planejamento estratégico para a área, deve-se ao não interesse político em articular essa temática na sua agenda de prioridades locais. Essa constatação é verificada através da observação da trajetória da FGM, composta por constantes exonerações de seus presidentes e descontinuidades de projetos. Essas características não só demonstram a falta de um posicionamento político sólido, voltado para o setor, mas também o enfraquecimento institucional da FGM em decorrência da falta de vontade política da administração central do município. Já no Recife, a realidade das iniciativas políticas na área cultural apresenta-se da forma oposta. Através da elaboração de um planejamento estratégico e um plano de cultura (2009/2019) – mesmo considerando que essas ações foram realizadas num período de oito anos – a gestão da cultura na cidade configura-se como fator prioritário e estratégico para o posicionamento dos líderes locais, além de ser um vetor importante que se alinha às discussões globais que visualizam, a partir dessas iniciativas, mudanças sociais, econômicas e urbanas.

Quanto aos programas e projetos, na cidade de Salvador o que se encontra são projetos de execução em curto e médio prazo (vigentes durante o tempo de gestão). Algumas iniciativas, contudo, caracterizam-se como estruturantes, a exemplo da criação da lei de incentivo municipal de cultura. Além disso, verificam-se atividades e/ou eventos que buscaram o diálogo com a população através da valorização e preservação

das tradições populares e religiosas como, o lançamento de uma coletânea de músicas dos terreiros de candomblé, comemoração do 2 de julho, projeto dos Mestres Populares e o edital nacional do projeto Capoeira Viva. Essas iniciativas têm como propósito resgatar a valorização do patrimônio imaterial da cidade e se configuraram como as primeiras iniciativas da atuação da FGM neste sentido, se comparadas a gestões passadas. No Recife, percebe-se que o tempo de duas gestões foi benéfico para a elaboração de um planejamento estratégico para dar início à implantação de projetos e ações de caráter perene. A valorização das tradições populares aliada aos onerosos eventos como Carnaval e São João fazem parte da política de participação que pretende a descentralização desses festejos na cidade, buscando integrar a comunidade não só do centro municipal, mas também da periferia. Além disso, destacam-se projetos como as refinarias multiculturais e as políticas setoriais, que englobam diferentes ações para o setor das artes e da cultura popular. Vale ressaltar que, apesar da explicitação de ambos os casos, que se apresentam de forma distinta, não cabe aqui atribuir um peso a cada iniciativa, devido aos diferentes contextos nos quais cada uma está inserida.

Verificam-se, em ambas as gestões (mesmo que em pontos diferentes), críticas ao desempenho das leis de incentivo municipal, que ainda necessitam de avaliações e realinhamentos em seus desempenhos e direcionamentos de recursos. Porém, elas se configuram como um avanço significativo para o setor em âmbito municipal. Na capital baiana, a lei contempla 15 categorias distintas que englobam, no geral, artes e tradições populares. Além disso, apresenta-se como um elemento novo que oferece uma alternativa de incentivo a grupos artísticos menores da cidade, que não são contemplados, por exemplo, em editais como o Fazcultura. No município do Recife, a lei já era vigente antes da gestão que aqui é analisada. O edital prevê a contemplação de 18 diferentes seguimentos, tendo papel significativo no fomento às iniciativas artísticas locais.

Ainda de acordo com as análises, a participação da sociedade civil ainda é uma questão delicada na execução das políticas culturais. O que se percebe no caso de Salvador é um processo democrático que acontece sem participação, ou seja, é uma negociação entre atores políticos tradicionais no jogo do poder. Na gestão de Paulo Lima, houve tentativas em aproximar e articular as iniciativas da fundação com as demandas da sociedade soteropolitana, através de propostas de implementação de projetos estruturantes, como o conselho e as conferências de cultura, porém sem grandes desdobramentos ou avanços no campo das políticas públicas de cultura. No Recife, a

cidade implantou e tem estimulado a participação através de conselhos, fóruns e conferências de cultura. Entretanto, essa questão ainda é uma novidade e o problema que se verifica está relacionado à falta de cultura de participação da sociedade civil. Esta é uma característica decorrente dos anos de uma democracia sem participação, exemplo que ocorre também em Salvador, citado anteriormente.

Observa-se, portanto, que as duas cidades apresentam mais distanciamentos que convergências entre seus modelos de gestão da cultura, com causas e diagnósticos distintos. Identifica-se como ponto crucial para a reflexão, a visão política local, que se torna determinante no desempenho das ações culturais adotadas, podendo ser fatal ou não para o desenvolvimento desse setor, que ainda se encontra vulnerável, com pouca articulação da sociedade civil e classe interessada. Infelizmente, ainda vivemos um processo democrático lento e as experiências municipais desenvolvidas nesse sentido são ainda mais devagar. Contudo, as mudanças estão surgindo, principalmente em âmbito nacional, e vêm impulsionando iniciativas no setor da cultura dentro das esferas estadual e municipal, além de promover reflexões em movimentos artísticos e sociais. Percebe-se, portanto que as pressões externas têm impelido, mesmo que de forma morosa, as lideranças municipais a atenderem as demandas das cidades, que crescem e, por conseguinte, apresentam problemas relacionados às questões sociais e culturais. Essa realidade cria demandas que se fazem urgentes, através do reconhecimento da cultura como fator crucial entre as políticas públicas, que devem se configurar como transversais e eficazes em prol do bem estar e desenvolvimento da sociedade.

Bibliografia

ALVES; ANDRADE; SILVA *et al.*, **Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda: Ideologia do Planejamento**. Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008/PDF/SA08-21029.PDF>>. Acesso em: 28 mai. 2009.

BARBOSA, Frederico Augusto. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BENEVIDES, Ana. **Captação de recursos internacionais para projetos municipais de desenvolvimento**. In: OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). Política de gestão pública integrada. Rio de Janeiro: Faperj; FGV, 2008, v. 1, p. 318-323.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva, Apr./June 2001, vol.15, nº.2.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2000.

BURITY, Joanildo. **Cultura e desenvolvimento**. Recife: Diretoria de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco, 2006 (Série Trabalhos para Discussão no. 186).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Definiciones em transición**. In: MATO, Daniel (org) *Estúdios latinoamericanos sobre cultura e transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001.

CANEDO, Daniele. **Secretaria da cultura ou fundação cultural?** Anais do III ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, (CD-ROM – texto completo). CULT/FACOM/UFBA 23 a 25 de maio de 2007, Salvador/Bahia.

COELHO Germano. **Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular**. In. ROSAS, Paulo. *Paulo Freire: Educação e Transformação Social*. Pernambuco: UFPE, 2002.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. v. 1.383 p.

Conselho Estadual de Cultura. **Políticas Públicas de Cultura**. / Conselho Estadual de Cultura. __ Salvador: P555 Edições, 2006. 366p.__(Cadernos Temáticos,1) Política Cultural – Bahia. I. Título. II. Série.

FACINA, Adriana. **Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/276.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

FARIA, Hamilton. **Desenvolvimento cultural como desafio**. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do (Org.). **Desenvolvimento cultural e planos de governo**. São Paulo: Publicações Polis, 36, 2000, p. 112-2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio. **A Democratização da Gestão Urbana em Recife e Salvador: Um Problema Capital**. Recife, 2004. Disponível em: <<http://www.politica hoje.com/ojs/include/getdoc.php?id=287&article=85&mode=pdf&OJSSID=94524578aa1f20219add7012bf3ec52>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

FERNANDES, Taiane. **Fronteiras das Políticas Culturais Baianas**. In: III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. Políticas Culturais Estaduais. Salvador: Edufba, 2007.

KAUARK, Giuliana. Política Cultural em Salvador nas gestões Imbassahy (1997 a 2004). Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_polcult_97_04.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2009.

KOPP, Juliana; ALBINATI, Mariana. **Políticas Culturais de Salvador na Gestão Mário Kertesz**. In: Enecult - I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2005, Salvador. I Enecult, 2005.

MACHADO, Bernardo. **Diretrizes para planejamento de uma Política Pública de Cultura**. In: FARIA, Hamilton e NASCIMENTO, Maria Ercília do (org). O

Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Publicações Pólis (36), 2000.

MARTINELL, Alfons. **Cultura e Cidade: Uma aliança para o desenvolvimento – A experiência da Espanha** In. Políticas culturais para o desenvolvimento: Uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p.93-104.

MELO, Celiane. **A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Educação da Cidade do Recife 2001- 2004**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MENDES, Vitor Marcelo. **Salvador: Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/VitorMarceloOliveiraMendes.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2009.

MOREIRA, Altair José. **A cultura como articuladora da sociedade**. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do (Org.). Desenvolvimento cultural e planos de governo. São Paulo: Publicações Polis, 36, 2000.

O PIB da Cultura, 15/6/2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/politicas/dados_da_cultura/economia_da_cultura/index.php?p=10159&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 06 abr. 2009.

_____. **Políticas Culturais: entre o possível e o impossível**. In: NUSSBAUMER, Gisele. Teoria e política da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007a, p. 139-158.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In. RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.) Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007b, p. 11-36

RAMOS, Natália. **A diversidade cultural na cidade - problemas e desafios**. In: RUBIM, Linda e MIRANDA, Nadja. (org.). Transversalidade da Cultura. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 133-179.

SILVA, Ana Paula; ALCÂNTARA, Débora. **As Políticas Culturais no município de Salvador na Gestão Lídice da Mata (1993 a 1996)**. Salvador, Mai. 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/AnaPaulaCarvalhoeDeboraMenezesAlcantara.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2009.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, v. 1, p. 133-155.

SOUZA, Kelma. **O povo no Movimento de Cultura Popular de Recife**. Santos, Ago. 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0945-1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

VETRALE, Silvia; CARVALHO, Cynthia; LACERDA, Patricia; CRUZ, Pablo. **Estudio Internacional sobre Políticas Culturales Urbanas**. Montevideo: Montevideo Cultura - Observatório Cultural Montevideo e Unesco, 2003.

VICENTE, Tâmisa. **Políticas Públicas de Cultura e Turismo - O entrelace das ações nos órgãos de fomento ao turismo de Pernambuco - Empetur e Emetur**. Ilhéus, jan. 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_2.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2009.

VIEIRA, Mariella, **Política cultural na Bahia: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura (1995-2002)**. Salvador, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/MariellaPoliticaculturalnabahia.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2006.

Documentos Oficiais

Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. Operações Urbanas do Projeto Recife/Olinda. Recife, 2005. Disponível em: <www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/concursorecifeolinda/briefing.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2009.

OLINDA; RECIFE. Prefeitura de Olinda, Prefeitura do Recife, Governo de Pernambuco e Governo Federal. Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. Prefeitura de Olinda. Julho, 2007.

Prefeitura Municipal do Salvador. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Fundação Gregório de Mattos. ABC da Fundação Gregório de Mattos: Um catálogo de projetos culturais. Salvador, 2008. 112.

RECIFE. Secretaria de Cultura do Recife. Relatório de Gestão 2001-2008. Dezembro, 2008.

SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos. Relatório de Gestão 2005. Janeiro, 2006.

SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos. Relatório de Gestão 2006. Dezembro, 2006.

SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos. Relatório de Gestão 2007. Dezembro, 2007.

SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos. Relatório de Gestão 2008. Dezembro, 2008.

Material de Imprensa

NOGUEIRA, Bruno. **Vantagens e conflitos dos sistemas de incentivo**. Overmundo, Recife, 14 jul. 2007. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/vantagens-e-conflitos-dos-sistemas-de-incentivo>>. Acesso em: 14 mai. 2009.

REBÊLO, Paulo. **Plano Cultural do Recife dorme na Câmara**. Diário de Pernambuco, Recife, 05 abr.2009. Disponível em: <<http://www.rebelo.org/archives/2009/plano-municipal-cultura-recife>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

Secretaria de Cultura (SECULT). **CMPC Entrega Plano Municipal de Cultura à Cidade**. Recife 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/12/29/cmpe_entrega_plano_municipal_de_cultura_a_cidade_165307.php>. Acesso em: 01 jun. 2009.

Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM). **Vivicultura prorrogada**. Salvador, 17 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.secom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_letterman&task=view&Itemid=86&id=606>. Acesso em: 05 jun. 2009.